



# **Espacialidade e Integração Social**

## **Uma Cartografia das dinâmicas urbanas do Fundão**

Versão final após defesa

**Júlia Trindade Casseb**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(Mestrado Integrado)

Orientador: Prof. Doutora Maria Canteiro Neto

**Janeiro de 2026**



## **Declaração de Integridade**

Eu, Júlia Trindade Casseb, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 39034 do Mestrado Integrado de Arquitetura da Faculdade de Engenharias, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

*Júlia Trindade Casseb*

Universidade da Beira Interior, Covilhã 15 /01 /2026



## **Dedicatória**

Uso este espaço para direcionar o produto final dessa longa jornada à minha mãe, que esteve presente desde quando isso era ainda um sonho. Obrigada por nutri-lo e vivê-lo comigo.



## **Agradecimentos**

Agradeço à força de vida que guia o meu destino e que me leva, a cada dia, mais próxima da minha Lenda Pessoal.

Aos meus pais – minha mãe e o Olegário; meu pai e a Adélia –, à minha avó Maria José, aos meus irmãos Samuel, João Pedro e Helena e o Dudu, meu irmão de alma, à minha segunda família aqui, os meus amigos, ao meu namorado, aos meus colegas de turma e a todos que me inculcaram essa força: o amor.



## Resumo

Nas últimas décadas, Portugal tem assistido a um duplo movimento que reconfigura profundamente o seu território: o aumento da migração internacional e o despovoamento progressivo do interior. Neste contexto, o Fundão destaca-se por adotar uma estratégia proativa de acolhimento institucionalizado, concretizada em iniciativas municipais como o Centro para as Migrações do Município do Fundão (CMMF). Esta postura transforma o município num laboratório urbano, onde se articulam políticas públicas, fluxos migratórios e práticas cotidianas de pertencimento.

Partindo deste cenário, pretende-se compreender de que modo o acolhimento institucionalizado de fluxos migratórios no Fundão reconfigura a espacialidade urbana e como as práticas subjetivas de apropriação e de busca por pertença se manifestam no território. Propõe-se que a mediação institucional abre espaço para novas práticas de uso e recomposições simbólicas do espaço urbano.

A investigação percorre um caminho que parte da teoria crítica do espaço de Henri Lefebvre, articulando a dialética dos Fixos e Fluxos de Milton Santos com a Espacialidade Relacional de Doreen Massey, para abordar o espaço como um produto social, múltiplo e dinâmico. A arquitetura é entendida como a instância concreta onde as relações e os conflitos se materializam.

Do ponto de vista metodológico, adota-se a postura do arquiteto-cartógrafo, procurando mapear as dinâmicas sociais e afetivas emergentes no Fundão. Serão exploradas diferentes perspetivas de análise, conjugando a vitalidade urbana de Jan Gehl — centrada na qualidade do espaço e no contato social — com a Cartografia Sentimental de Suely Rolnik — voltada para a leitura dos afetos, fluxos de desejo e linhas de fuga. A investigação baseia-se na imersão no terreno, recorrendo à observação e à fotografia analógica como instrumentos principais de registo e interpretação do vivido. A escala de análise concentra-se no núcleo urbano do Fundão, entendido não apenas como uma pequena cidade, mas como território de um “devir menor”, onde se manifestam processos alternativos de produção do espaço.

## Palavras-chave

Espaço; migração; desenho urbano; integração social; cidades pequenas; fundão



## **Abstract**

In recent decades, Portugal has experienced a dual movement that is profoundly reshaping its territory: the rise of international migration and the progressive depopulation of its inland regions. Within this context, the municipality of Fundão stands out for adopting a proactive strategy of institutionalized reception, materialized through municipal initiatives such as the Fundão Municipal Center for Migration (CMMF). This positioning transforms the municipality into an urban laboratory where public policies, migratory flows, and everyday practices of belonging intersect.

Building on this scenario, the research seeks to understand how the institutionalized reception of migratory flows in Fundão reconfigures urban spatiality, and how subjective practices of appropriation and the search for belonging manifest within the territory. It is proposed that institutional mediation creates room for new uses and symbolic recompositions of urban space.

The investigation draws from Henri Lefebvre's critical theory of space, articulating Milton Santos' dialectic of Fixes and Flows with Doreen Massey's concept of Relational Spatiality, in order to approach space as a social, multiple, and dynamic product. Architecture is understood as the concrete instance in which relationships and conflicts become materially expressed.

Methodologically, the study adopts the perspective of the architect-cartographer, aiming to map the emerging social and affective dynamics in Fundão. It explores different analytical approaches, combining Jan Gehl's framework of urban vitality — focused on spatial quality and social interaction — with Suely Rolnik's Sentimental Cartography — oriented toward the reading of affects, flows of desire, and lines of flight. The research is grounded in field immersion, using direct observation and analog photography as the primary tools for recording and interpreting lived experience. The scale of analysis focuses on the urban core of Fundão, understood not only as a small town, but as a territory of minor becoming, where alternative processes of spatial production unfold.

## **Keywords**

Space;migration;urban design;social integration;small cities;Fundão



# Índice

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>3</b>
<b>1.1 A DESCONSTRUÇÃO DO ESPAÇO</b> .....	4
<b>1.2 O ESPAÇO COMO PRODUTO E CAMPO DE FORÇAS</b> .....	8
<b>1.3 A DIALÉTICA DOS FIXOS E FLUXOS</b> .....	10
1.3.1 <i>O Dado Institucional</i> .....	11
1.3.2 <i>O dado económico</i> .....	11
1.3.3 <i>O Dado Cultural</i> .....	13
1.3.4 <i>O Dado Individual</i> .....	14
<b>1.4 A ARQUITETURA</b> .....	16
<b>1.5 ESTADO DA ARTE</b> .....	18
<b>2. LENTES DE ANÁLISE E METODOLOGIA</b> .....	<b>20</b>
<b>2.1 AS LENTES ANALÍTICAS</b> .....	21
2.1.1 <i>Jan Gehl e a Análise do Espaço Urbano</i> .....	21
2.1.2 <i>Suely Rolnik e a Cartografia Sentimental</i> .....	25
2.1.3 <i>A Escala da Análise: A Especificidade da Cidade Pequena</i> .....	26
<b>2.2 METODOLOGIA</b> .....	29
2.2.1 <i>Área de Estudo e Delimitação</i> .....	29
2.2.2 <i>Morfologia</i> .....	30
2.2.3 <i>Observações Sistematizadas no Terreno</i> .....	31
2.2.3.1 <i>Zoneamento</i> .....	31
2.2.3.2 <i>Análise das Zonas de Vitalidade Urbana</i> .....	31
2.2.3.3 <i>Análise dos Afetos nas Zonas de Vitalidade</i> .....	33
<b>3. ANÁLISE E ARTICULAÇÃO ESPACIAL NO FUNDÃO</b> .....	<b>36</b>
<b>3.1 AS ZONAS DE ANÁLISE</b> .....	37
<b>3.2 ANÁLISE ESPACIAL DA VITALIDADE E DA INTERAÇÃO</b> .....	40
<b>3.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DA VIDA URBANA</b> .....	42
3.3.1 <i>Ausência de Barreiras Físicas (no walls) e Plano Horizontal (one level)</i> .....	42
3.3.2 <i>Distâncias Curtas entre as Pessoas (short distances)</i> .....	50
3.3.3 <i>Velocidades de Movimento Baixas (low speeds)</i> .....	53
3.3.4 <i>Orientação para a Vida Social (orientation toward others)</i> .....	58
3.3.5 <i>Análise de Áreas Residenciais: Parques e Coabitação</i> .....	63
<b>3.4 A INSCRIÇÃO DOS AFETOS NO ESPAÇO URBANO</b> .....	67
3.4.1 <i>Coabitação e conflito: agenciamento dominante e linhas de fuga</i> .....	67
3.4.2 <i>Agenciamentos de Resistência no Centro</i> .....	67
3.4.3 <i>Permeabilidade e Inserção Económica (Brasileiros):</i> .....	70
3.4.4 <i>CMMF e as Novas Estratégias da BNAUT</i> .....	70
<b>3.5 SÍNTESE DA ANÁLISE</b> .....	74
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>79</b>



## Lista de Figuras

Figura 1 – Representações Cartográficas de Tenochtitlán: Foco Asteca em Fluxos (a) versus Foco Espanhol em Estaticidade (b). (Fonte: Adaptado conceitualmente de Massey, pp. 21-22, 2008)

Figura 2 – Representação asteca das "pegadas" no Códice Xolotl. (Fonte: Adaptado de Massey, p. 28, 2008.)

Figura 3 – Oportunidades de contato e atividades de "ver e ouvir" em um espaço público. (Fonte: Adaptado de Gehl, 2011.)

Figura 4 – Planta da Situação Existente da Freguesia do Fundão. (Fonte: Câmara Municipal do Fundão, PDM, adaptado pela autora, 2025.)

Figura 5 – Planta de Cheios e Vazios com Zonas de Estudo. (Fonte: Elaborado pela autora, 2025.)

Figura 6 – Mapa de Classificação do Solo Urbano com Destaque nas Áreas de Análise. (Fonte: Adaptado do Município do Fundão, PDM, 2025.)

Figura 7 – Painel de manchas tipológicas: índice de permanência, barreiras e tipologia de interação nas zonas observadas. (Fonte: Elaborado pela autora, 2025).

Figura 8 – Vista da Avenida da Liberdade, Fundão, no ponto de transição para o centro cívico. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 9 – Detalhamento dos espaços de permanência e circulação, incluindo os edifícios Rádio Cova da Beira e Clube Académico. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 10 – A barreira física (muro e elevação) entre o Jardim da Câmara Municipal e a Avenida da Liberdade. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 11 – Barreira física e descontinuidade do plano horizontal na Rua Cinco de Outubro. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 12 – Atmosfera e permanência no Jardim da Câmara Municipal, isolado pelas barreiras físicas. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 13 – Espaços calmos de convivência no Jardim da Câmara Municipal. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 14 – A fileira de árvores como barreira divisória na Avenida da Liberdade, Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 15 – Espaços de convivência e zona de transição na Avenida da Liberdade, Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 16 – Contraste de escala e vocação funcional (corredor de fluxo) na Avenida da Liberdade. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 17 – Encontro espontâneo e escala humana na Rua Cinco de Outubro. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 18 – Rua estreita da Cale e o incentivo à interação social, no centro histórico do Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 19 – Travessa da Cale e a intensificação da proximidade entre pedestres. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 20 – Atividades cotidianas na Rua da Cale e o impacto da ausência de tráfego. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 21 – Rito de permanência e temporalidade tradicional na fachada da Lotarias Victória. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 22 – Coexistência de fluxos e fixos e a multiplicidade de temporalidades no espaço urbano. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 23 – Amplitude do espaço pedonal e mobiliário urbano no Largo da Rua Dr. Teodoro Mesquita. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 24 – Largo da Igreja Matriz do Fundão: Apropriação multifuncional como espaço de encontro social. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 25 – Reunião de crianças no Largo da Igreja Matriz do Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 26 – Parque Verde do Fundão: Subutilização apesar de equipamentos de lazer. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 27 – Dinâmica do mercado semanal do Fundão: Intensidade e aglomeração de pessoas. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 28 – As ruas vivas do mercado semanal: Transformação em “minicidade efêmera”. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 29 – Temporalidade intermitente na Praça Amália após o Mercado Semanal. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 30 – Parque das Tílias. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 31 – Vista Satélite do Parque das Tílias (centralizado): Transição da malha urbana para a paisagem rural. (Fonte: Google Earth.)

Figura 32 – Capela de São Francisco: O impacto das barreiras físicas no meio urbano. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 33 – Zona Residencial 6: Permeabilidade visual e funcional entre edifícios e comércio. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 34 – Zona Residencial 4: Escala maior, menor densidade social e modelo de circulação. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 35 – Poster do projeto cultural "Ruínas": Agenciamento de resistência e linha de fuga. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 36 – Coexistência entre o fluxo comercial (Hua Xia) e fixos institucionais (Câmara Municipal e Banco). (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Figura 37 – Colagem evidenciando a distância entre o centro da cidade e a localização do Antigo Seminário do Fundão. (Fonte: Elaborado pela autora, 2025.)

Figura 38 – Planta das Intervenções Habitacionais no âmbito da BNAUT. (Fonte: Material cedido por Ana Cunha, arquiteta e Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Qualidade de Vida do Município do Fundão, 2025)

Figura 39– Projeção com a palavra “Devir” na Rua João Franco. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Índice de Vitalidade (Elaborado pela autora, 2025)

## **Lista de Acrónimos**

CMMF	Centro para as Migrações do Município do Fundão
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
GID	Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa





## Introdução

A experiência da imigração, vivida de perto ao longo dos meus anos em Portugal, moldou o meu interesse fundamental na Arquitetura e no desenho urbano: a forma como o espaço não é um palco neutro, mas um agente ativo na integração social e na construção do pertencimento. Esta vivência pessoal da negociação e do desafio da acomodação no tecido urbano guiou as minhas primeiras investigações de volta às bases da Teoria Crítica do Espaço Social, impulsionando a busca por compreender as dinâmicas e estruturas que hoje reconfiguram a materialidade das cidades.

A necessidade de voltar o olhar para a questão do acolhimento e da integração social coincide com o panorama nacional atual: Portugal, historicamente país de emigração, transformou-se nas últimas décadas em um destino para um número crescente de cidadãos estrangeiros, com a população estrangeira legalmente residente a duplicar em apenas sete anos, entre 2016 e 2023 (PORDATA, 2024). Contudo, este aumento colidiu com a disfuncionalidade de um modelo de gestão historicamente centralizado (Jornal Económico, 2024), resultando na sobrecarga das grandes áreas metropolitanas e na negligência da crise de despovoamento e envelhecimento do interior. É neste contexto de urgência que se torna imperativo o olhar para as regiões de baixa densidade, onde a migração internacional pode se tornar o principal e, por vezes, único motor de revitalização demográfica – exigindo estratégias locais de fixação e enraizamento.

Foi durante esta leitura do contexto atual e a análise de soluções que emergem a partir de uma lógica local e descentralizada, e dada a minha afinidade pessoal com a escala da cidade pequena – adquirida durante a minha residência na Covilhã –, que o olhar se tornou imperativo para o município do Fundão, que surgiu como o objeto de estudo.

O Fundão emerge como um laboratório de políticas de integração e a sua estratégia proativa de "acolher com estrutura", materializada no Centro para as Migrações do Município do Fundão (CMMF) em 2018, posiciona-o como um contraponto crucial ao modelo centralizador. A investigação centra-se, assim, na dialética que se estabelece entre as estruturas fixas – a Institucional e a materialidade da cidade – e as dinâmicas sociais migratórias, os fluxos, que chegam.

O problema de pesquisa é guiado pela seguinte questão: De que forma o acolhimento institucionalizado de fluxos migratórios no Fundão reconfigura a espacialidade urbana,

e como as práticas subjetivas de apropriação e de busca por pertencimento se manifestam no território? Proponho, como hipótese central, que esta abertura no Fundão abre também possibilidade para os desvios para além da sua operação como orientadora espacial, gerando novas práticas de uso do espaço igualmente transformadoras e profundas.

Neste estudo, a metodologia adota uma abordagem mista, assumindo a postura do arquiteto como cartógrafo. Integra a lente da vitalidade urbana de Jan Gehl com a Cartografia Afetiva de Suely Rolnik, permitindo ir além do registo formal para capturar as qualidades relacionais (Rolnik) que promovem o enraizamento socio-espacial. Esta dissertação, portanto, contribui primariamente para a Arquitetura ao propor uma escala de análise que, baseada nos princípios de Jan Gehl, possa medir a qualidade e a capacidade de abertura dos espaços públicos para uma prática social urbana diversa, desvendando o potencial da migração para reconfigurar o meio urbano. Complementarmente, contribui para a Teoria Crítica do Espaço ao articular o diálogo entre os conceitos de Fixos e Fluxos (Milton Santos), a Espacialidade Relacional (Doreen Massey) e a Filosofia do Desejo (Deleuze e Rolnik), aplicando-os ao contexto da cidade de baixa densidade.

Quanto à sua estrutura, a dissertação organiza-se em três eixos centrais: uma primeira parte dedicada à Fundamentação Teórica, uma segunda que descreve as lentes de análise e a Metodologia e uma terceira focada na Análise Empírica - a aplicação no caso de estudo do Fundão -, nas quais se desvendam as tensões propostas e se alcançam os objetivos da pesquisa.

## **1. Fundamentação Teórica**

O Município do Fundão, enquanto laboratório de acolhimento e destino fluxos migratórios, revela, de forma singular, as tensões entre diferentes concepções de espaço. A chegada de novas trajetórias — humanas, culturais e institucionais — tem reconfigurado tanto a estrutura física da cidade quanto as suas dinâmicas simbólicas, desafiando os modos convencionais de planejamento e representação territorial. Essa complexidade exige que a análise arquitetônica e urbanística local transcenda a morfologia, demandando uma imersão prévia na teoria crítica do espaço. Pensar o espaço a partir desse contexto — atravessado por memórias fragmentadas, negociações identitárias e práticas de apropriação múltiplas — implica rejeitar as representações totalizantes e as noções estabilizadas de cultura. O problema central da nossa investigação, portanto, não é apenas o que está a mudar no Fundão, mas como essa mudança pode ser lida sem cair nas armadilhas conceituais que historicamente reduziram a complexidade espacial.

## 1.1 A Desconstrução do Espaço

Para compreender as implicações dessas reduções, recorreremos à Doreen Massey, cuja proposta teórica nos obriga a reconsiderar as bases mesmas do que entendemos por espaço. Ao acompanhar sua reflexão em *Pelo Espaço*, tomamos não só as suas afirmações, mas também, e sobretudo, as suas dúvidas. Para estabelecer o cenário do estudo, a autora admite seu próprio estado de confusão diante do termo “espaço” — confusão semelhante àquela já exposta décadas antes por Lefebvre em *A produção do espaço*. Ambos os autores nos mostram que pensar o espaço é lidar com fragmentações, equívocos e *inacabamentos*, quase como em um processo de eliminação de sentidos, até se chegar ao que é mais cabível.

Assim, antes de perguntar o que é o espaço, perguntamos: o que nos foi ensinado sobre o espaço?

Em sua análise da conquista do México, Doreen Massey (2008) força-nos a confrontar essa questão, mostrando que a visão de um espaço como uma mera “grande extensão pela qual viajamos” (p. 22) não é neutra, mas sim uma manobra estratégica: essa não é uma descrição do mundo como ele é, mas uma imagem do mundo guiada por interesses de poder (p. 24). Essa conceituação transforma a geografia em história, subsumindo outros lugares e culturas a um estado de imobilidade, à espera de serem descobertos ou conquistados.

A reflexão que faremos a seguir, a fim de responder essa pergunta, emerge da necessidade de desaprender a concepção hegemônica de espaço, forjada por séculos de racionalismo ocidental e instrumentalização colonial. Para iniciar a análise, recorreremos à comparação entre dois modos de representação espacial que se encontraram de forma conflitiva no início da modernidade ocidental, marcada pelas expansões coloniais: de um lado, a cartografia espanhola de Tenochtitlán; de outro, as representações astecas, como o Códice Xolotl. A leitura que faço do relato de Massey mostra que, enquanto a representação espanhola se assemelha a uma planta que busca mapear e controlar a cidade, transformando-a em um objeto estático — o ponto culminante da visão de Cortés, que mal pôde acreditar em seus olhos “quando primeiro divisou a cidade, do alto, com superioridade” (Massey, 2008, p. 21) —, a representação asteca é puramente simbólica, um diagrama de relações cosmológicas e eventos singulares.

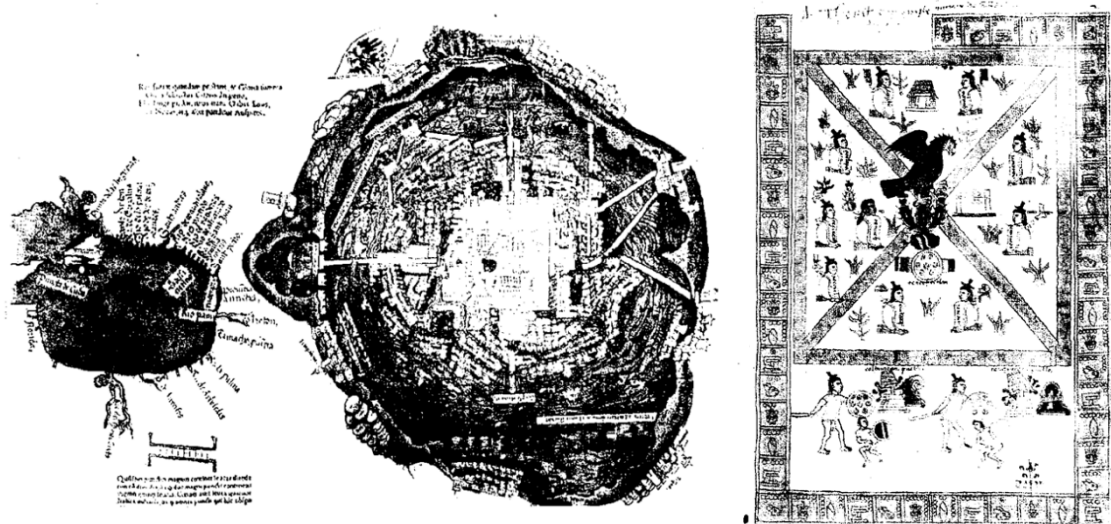


Figura 1 – Representações Cartográficas de Tenochtitlán: Foco Asteca em Fluxos (a) versus Foco Espanhol em Estaticidade (b). (Fonte: Adaptado conceitualmente de Massey, pp. 21-22, 2008)

A imagem das “pegadas astecas” no Códice Xolotl (Massey, 2008, p. 27), que conectam lugares através de traços de movimento e história, sintetiza a essência de uma cartografia que se recusa a separar espaço e tempo. Como aponta a autora, “o pensamento mexica não reconhecia um tempo e espaço abstrato, dimensões separadas e homogêneas, mas, antes, complexos concretos de espaço e tempo, eventos e sítios heterogêneos e singulares... ‘lugares-momentos’” (Massey, 2008, p. 27). A partir dessa perspectiva, percebe-se que a nossa forma de conceber a espacialidade inerente ao mundo é frequentemente um meio de “controlar o desafio que a espacialidade apresenta” (Massey, 2008, p. 26).

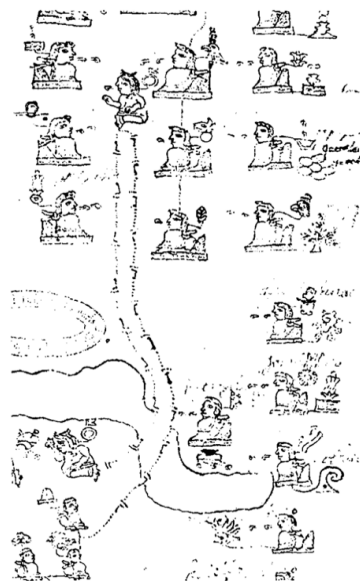


Figura 2 – Representação asteca das "pegadas" no Códice Xolotl. (Fonte: Adaptado de Massey, p. 28, 2008.)

Em sua análise, Massey elenca três manobras conceituais que historicamente têm reduzido a complexidade do espaço: (1) a separação do espaço e do tempo, (2) a transformação do espaço em tempo e (3) a clara separação entre o lugar local (essencializado e fechado) e o espaço externo.

Essas manobras conceituais reforçam e sustentam entendimentos mais amplos do mundo, residuais de uma lógica enraizada nas práticas de mapeamento colonial. A questão é que essa lógica se reproduz em narrativas contemporâneas, notadamente na forma como a globalização é celebrada. Embora frequentemente descrita como um fenômeno de abertura irrestrita, marcado por fluxos contínuos de capital, informação e pessoas, essa narrativa hegemônica esconde as desigualdades e assimetrias que estruturam tais movimentos. A visão de um “espaço de fluxos” falha ao apagar a própria espacialidade, subjugando a diferença por uma narrativa linear de progresso, na qual determinadas regiões ou culturas são posicionadas como “atrasadas” em relação a um modelo universal de futuro (Massey, 2007, p. 152).

Para contrapor esse modelo, Massey propõe o conceito de contemporaneidade radical. Para ela, o espaço deve ser entendido como o plano da multiplicidade e da coetaneidade, onde trajetórias distintas coexistem no presente sem serem hierarquizadas por estágios de desenvolvimento. Como afirma a autora: “Expressar a heterogeneidade espacial em termos de sequência temporal [...] obscurece a apreciação da diferença” (Massey, 2008, p. 149). Em outro eixo de sua crítica, Massey (2008) problematiza a oposição simplista entre global e local, também recorrente nas narrativas hegemônicas da globalização. O global tende a ser associado à mobilidade, ao dinamismo e à abstração, enquanto o local é relegado à ideia de passividade, tradição e fixidez. Entre os elementos frequentemente capturados nessa ideia de “local” encontra-se a cultura, muitas vezes tratada como expressão enraizada, autônoma e imutável de tradições. O global é, portanto, continuamente produzido a partir de práticas situadas. Nessas tramas relacionais, as “distâncias” são produzidas por “força física, (des)alinhamento político, imaginação...” e carregam assimetrias que não podem ser ignoradas (Massey, 2008, p. 150). O lugar (local), portanto, não é enclave nem vítima passiva, mas um ponto constituído e constituinte das relações espaciais que estruturam o mundo contemporâneo em uma maior escala.

A abertura constitutiva do espaço — o seu caráter inacabado e sempre em produção — é um dos pontos centrais da concepção relacional de Massey. Como afirma a autora:

sua abertura (ironicamente, a própria dificuldade de sua representação — sua ‘inapreensibilidade’, nos termos de Jameson) é [...] o outro aspecto de seu desafio. A trama ilimitada de uma multiplicidade de trajetórias (elas mesmas, desse modo, em transformação), as fraturas concomitantes, as rupturas e as separações estruturais são o que fazem dela, afinal, tão inacessível como um projeto único e totalizador (Massey, 2008, p. 150).

É precisamente essa noção de multiplicidade que permite reler o Fundão para além das categorias fixas do planejamento e das narrativas lineares de desenvolvimento. No encontro entre diferentes tempos, histórias e pertencas, o espaço deixa de ser uma superfície estável e passa a constituir-se como um campo de relações em devir. Assim, a crítica de Massey à concepção estática do espaço oferece o enquadramento necessário para compreender a complexidade que emerge quando trajetórias diversas se cruzam e se transformam mutuamente.

A questão que nos move é, portanto, investigar como essa multiplicidade se manifesta e se negocia — e de que modo ela nos obriga a repensar as próprias categorias de espaço, lugar e pertença em contextos de mobilidade contemporânea.

Se o espaço não é uma essência estática a ser controlada (Massey), a questão que se impõe é: como o espaço é feito?

## 1.2 O Espaço como Produto e Campo de Forças

A crítica de Massey sobre as armadilhas conceituais do espaço encontra a sua fundação filosófica na obra de Henri Lefebvre (2006). Para que o espaço deixe de ser uma abstração e se torne um objeto de análise, é preciso assumi-lo como produto, distinguindo-o do mundo natural. A natureza cria obras singulares que não possuem intencionalidade, ao passo que a prática social, através do trabalho, engendra uma "segunda natureza": o espaço socialmente produzido (Lefebvre, 2006, p. 5).

No entanto, Lefebvre (2006) enfatiza que o espaço social não pode ser confundido com um simples produto entre outros. Trata-se, portanto, de uma produção singular. Como lembra Lefebvre (2006, p. 111), *“o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa)”*. Essa formulação evidencia que o espaço social não pode ser entendido de maneira estática ou isolada. Pelo contrário, ele é fruto de processos históricos contínuos e, ao mesmo tempo, constitui condição para novas práticas sociais. Em outras palavras, não se trata apenas de um cenário onde as ações acontecem, mas de um elemento ativo que tanto deriva de práticas passadas quanto orienta possibilidades futuras — *“efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe”* (Lefebvre, 2006, p. 112).

Essa concepção ganha força quando Lefebvre (2006) observa que a noção de espaço social produzido torna evidentes processos de materialização que antes eram vistos apenas no nível da teoria. As relações sociais de produção e de reprodução não acontecem “no ar”, mas “no terreno”, isto é, em um espaço real, material e construído, que dá suporte e condiciona a vida social (Lefebvre, 2006, p. 7). Ao seguir essa lógica, o autor rompe com a ideia de que tais relações só podem ser pensadas como estruturas idealizadas, revelando que estão sempre concretamente espacializadas. Ademais, Lefebvre (2006) critica a leitura marxista mais tradicional, que restringia o espaço à condição de superestrutura: para ele, o espaço “entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, [...] com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso” (p. 8). O espaço, portanto, não se fixa em um único nível hierárquico da prática social, mas interage com todos, conectando-os. Ele não é “dominante” em relação ao modo de produção, mas articula seus diferentes aspectos, coordenando-os em uma prática concreta.

Somente superada a “substancialização do espaço” (que o incute de um caráter estático e passivo, deixando-o limitado à abstração), é possível seguir com a investigação

estruturada do funcionamento dialético desse conjunto que, segundo Milton Santos (2004) é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p. 39). Em sua análise, Santos evidencia que esses sistemas dão corpo à ideia de espaço social produzido, ao manifestarem-se por meio de dados institucionais, econômicos, culturais e individuais. Dessa forma, Santos complementa Lefebvre ao fornecer uma chave analítica capaz de mostrar como o espaço atua simultaneamente como produto das relações sociais e como elemento que as reorganiza e condiciona.

## 1.3 A Dialética dos Fixos e Fluxos

### A Ferramenta da Articulação

Após a análise do espaço como socialmente produzido e um campo de forças (Lefebvre, 2006), torna-se indispensável uma ferramenta que permita materializar e analisar essa dinâmica no território do Fundão. Recorremos a Milton Santos e à sua poderosa dialética de Fixos e Fluxos para operacionalizar a teoria. O autor estabelece que o espaço é uma combinação indissociável de objetos (os Fixos) e ações (os Fluxos). Na sua formulação, os Fixos são elementos estabelecidos em cada lugar que "permitem ações que modificam o próprio lugar" e geram "fluxos novos ou renovados" que redefinem as condições ambientais e sociais. Por sua vez, os Fluxos são "resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor" (Santos, 2006, p. 8). É essa interação contínua e contraditória entre fixos e fluxos que dá vida ao território (Santos, 1988, p. 4).

Neste trabalho, supõe-se que o complexo Fixo/Fluxo funciona como um dispositivo de articulação, em que seus elementos estruturais (os fixos) se organizam em dois tipos: orientadores — institucionais, voltados à orientação do movimento (os fluxos) — e de inércia — estruturas físicas e sociais que resistem à mudança, os quais se articulam-se com os Fluxos (dinâmicas migratórias e subjetivas)

Para Santos (1988), a propriedade essencial do espaço não é a extensão, mas a força. Desta forma, o autor retoma a crítica de Massey (2008) à concepção de espacialidade como mero recipiente passivo — já discutida anteriormente —, ao afirmar que os elementos geográficos possuem uma inércia, pela qual buscam “permanecer nos seus próprios lugares”, mas são continuamente desafiados por “forças que buscam deslocá-los ou penetrar neles” (Santos, 1988, p. 4). Essa tensão entre inércia e força constitui o motor da metamorfose analisada no território do Fundão.

A compreensão do espaço geográfico como uma totalidade indissociável exige o reconhecimento dos múltiplos fatores que orquestram a vida social: segundo Milton Santos (2011, p. 83), a sua dialética “leva em conta o movimento desses fatores: o dado institucional, o dado econômico, o dado cultural e o dado individual interdependem e interagem”. Essa interdependência é crucial e o exame de cada um desses dados busca apenas evidenciar a sua especificidade e modo de funcionamento, sem perder de vista que a sua separação é apenas um recurso analítico. Ainda sob a lente da dialética Fixos/Fluxos, os dados se distribuem em dimensões mais estruturais (Fixos) e mais dinâmicas (Fluxos), conforme se detalha a seguir.

### 1.3.1 O Dado Institucional

Santos (2011) introduz o institucional como o conjunto de normas, leis e organizações que estruturam a vida social e garantem, em tese, a cidadania<sup>1</sup>(pp. 82-83). Diante da crise na gestão migratória à escala nacional e crise demográfica local, a resposta do Fundão materializa-se na criação de um Fixo institucional: o Centro para as Migrações do Município do Fundão (CMMF). A criação deste centro foi formalizada em 2016, através de um Protocolo entre o Município, a Diocese da Guarda e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) (Município do Fundão, 2020).

O papel do Estado na criação destes Fixos é fundamental e alinha-se com o argumento de Santos:

Ao Estado cabe criar FIXOS, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas, os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção. (Santos, 1988, p. 55)

Esta citação permite argumentar que o CMMF, enquanto Fixo, criado pelo subsetor governamental, é um dispositivo de agenciamento que, para além do apoio social imediato, atua a serviço de uma lógica de orientação estratégica do Fluxo (Santos, 1988, p. 55). Dada a vulnerabilidade demográfica e a baixa densidade populacional do concelho (Município do Fundão, 2020, p. 32), o CMMF atrai e orienta os fluxos migratórios para suprir necessidades de mão de obra e reverter o declínio. O acolhimento estruturado, portanto, é uma forma de articulação espacial que utiliza o Fixo institucional para moldar a chegada e a reterritorialização, estabelecendo o campo de possibilidades para os demais dados.

### 1.3.2 O dado económico

A economia, muitas vezes tratada como determinante central do espaço, é problematizada por Santos. Para ele, reduzir a análise ao modelo económico é um erro: “O económico pode parecer independente em seu movimento, mas não o é. A interferência das demais entidades que formam o corpo da nação corrige ou deforma ou, simplesmente, modifica as intenções do planejamento económico” (Santos, 2006, p. 176).

---

<sup>1</sup> Para Santos (2011, pp. 82-83), a cidadania é uma lei que não distingue os indivíduos, "investindo a todos a força de serem respeitados contra a força"<sup>1</sup> e deve ser ensinada e aprendida para fincar as suas raízes na cultura. Enquanto fenómeno, a cidadania assume um corpo — possui uma materialidade e encontra limites concretos nas esferas social, jurídica e política que a constituem.

No território do Fundão, essa articulação torna-se evidente. O Fixo institucional atua também sobre a economia local ao direcionar investimentos voltados à atração de trabalhadores temporários, como exemplifica a criação do Centro de Acolhimento instalado no antigo Seminário do Fundão, que atualmente acolhe cerca de cinquenta trabalhadores por ano (Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural da Câmara Municipal Do Fundão, 2022).

Paralelamente, os investimentos públicos e privados articulados às políticas municipais de desenvolvimento têm impulsionado a renovação e a instalação de indústrias no município, mobilizando fluxos migratórios permanentes e sazonais. Esses fluxos respondem às demandas dos setores agrícola — especialmente o da cereja —, industrial — como o têxtil e o de polimentos de luxo — e tecnológico, com destaque para as áreas de inovação e pesquisa (Município do Fundão, 2020).

Desta maneira, inserção da população migrante no Fundão é marcada por uma alta taxa de emprego (71% dos inquiridos), sendo que a maioria se concentra nas indústrias tecnológicas (50%) e no setor da construção (18%) (Município do Fundão, 2020, p. 51). Contudo, o mercado de trabalho local não é totalmente permeável a todos os migrantes de forma equilibrada. O problema é a dificuldade em empregar os familiares que acompanham o migrante e as barreiras linguísticas e de informação sobre oportunidades (Município do Fundão, 2020, p. 51).

Neste contexto, é preciso reconhecer que a condição económica do migrante molda sua relação com o espaço urbano. Como observa Santos (2011), o valor social de cada pessoa depende, em grande medida, do lugar onde vive e da disponibilidade — ou ausência — de bens e serviços essenciais (p. 190). A rede urbana do Fundão, embora dinamizada por esses fluxos migratórios, apresenta-se de forma desigual: para alguns, representa um campo de oportunidades e fluxos acessíveis; para outros, permanece como realidade distante, que os transforma em “cidadãos incompletos” (Santos, 2011, p. 192). A economia não atua isoladamente, mas reforça ou limita a cidadania conforme as condições sociais e territoriais em que cada sujeito está inserido.

A procura por habitação, analisada entre os inquiridos — trabalhadores migrantes, estudantes internacionais e pessoas refugiadas e requerentes de asilo no Fundão —, é classificada como "Muito difícil" ou "Difícil" por 60% dos participantes, sendo que o grupo que apresentou maior dificuldade foi o dos trabalhadores migrantes (53%) (Município do Fundão, 2020, p. 48). Esse desafio é acentuado pela especulação imobiliária e pelos estereótipos em relação à população migrante (Município do Fundão,

2020, p. 49). Para mitigar essas dificuldades, o Fixo institucional também atua diretamente: em 2013, o Município do Fundão criou uma Bolsa de Casas disponível a todos os migrantes, da qual 58% dos inquiridos beneficiou, mostrando como políticas públicas podem intervir para equilibrar o acesso à habitação e reduzir desigualdades urbanas.

Dentro dos fixos que estruturam o território do Fundão, destacam-se os papéis dos fixos institucional e econômico, cujas ações têm caráter orientador e facilitador. O Fixo institucional, por meio da oferta de habitação e da mobilização de investimentos para emprego, atua para corrigir distorções do mercado privado, assegurando a viabilidade e a permanência dos fluxos migratórios. O Fixo econômico, por sua vez, define oportunidades de emprego e concentração produtiva que moldam a inserção social e espacial dos migrantes.

### 1.3.3 O Dado Cultural

A análise do dado cultural inicia-se pela constatação de que, apesar de acolher 67 nacionalidades (Município do Fundão, 2020, p. 9), o Fundão encontra desafios na promoção da interculturalidade como estratégia de desenvolvimento. Tais desafios são observados nas práticas e expressões cotidianas e são mediadas por políticas como o Eixo III – Vida Comunitária do Plano Municipal de Integração (Município do Fundão, 2020, p. 61).

A própria noção de identidade cultural exige cautela. Recorrendo à micropolítica de Guattari e Rolnik (1996), entende-se que, embora a identidade possa funcionar como um "nível de territorialização subjetiva", um ponto de ancoragem e auto-identificação para um grupo (p. 73), tais políticas correm o risco de cristalizar diferenças em categorias fixas — “comunidades”, “origens”, “tradições” — e, assim, limitar a emergência de processos de singularização, entendidos pelos autores como a capacidade dos indivíduos de se reapropriarem da subjetividade e criarem modos de existência próprios. Desta forma, o processo pelo qual funciona o desenvolvimento da interculturalidade pode simultaneamente reforçar identidades pré-determinadas através de um uso conservador do conceito ao classificar as práticas simbólicas em esferas individuais (Guattari e Rolnik, 1996, p. 15).

Em diálogo com Doreen Massey (2008, p. 29), entende-se que, se "o espaço é o produto de inter-relações", a cultura deve ser compreendida no mesmo registo: um processo híbrido, tecido por encontros e negociações. Esse processo é perceptível no Fundão: de um lado, há o esforço institucional de reconhecimento e integração; de outro, persistem

barreiras simbólicas e sociais, evidenciadas pelos índices de discriminação relatados por 32% dos migrantes — chegando a 100% entre estudantes internacionais (Município do Fundão, 2020, p. 56).

Nesse sentido, a cultura revela-se inseparável da noção de multiplicidade, central no pensamento de Massey. Para a autora, a diferença não é acidente, mas condição: “Não é a natureza específica das heterogeneidades, mas a realidade delas, que é intrínseca ao espaço” (Massey, 2008, p. 33). No contexto do Fundão, essa condição ainda se encontra em processo de construção. Os dados de que 71% dos migrantes desejam organizar eventos culturais e de que parte expressiva relata falta de representação nos meios locais (Município do Fundão, 2020, pp. 53–57) apontam para esse movimento: A força do Fluxo cultural, enquanto vontade de criação e singularização (Rolnik/Guattari), é continuamente mediada pelo Fixo de Inércia social, configurando a cultura como um campo de negociação entre o instituído e o emergente.

#### 1.3.4 O Dado Individual

Este último dado constitui o ponto de maior densidade teórica deste capítulo. Diferentemente dos anteriores — institucional, econômico e cultural —, cujas manifestações empíricas podem ser parcialmente observadas, o dado individual atua como elo entre os *Fixos* estruturais e a dimensão subjetiva que imprime movimento ao território.

Neste enquadramento, a subjetividade não pode ser entendida como algo interno ao indivíduo, pois a luta pela singularização ocorre no espaço concreto das relações sociais. Como argumenta Massey (2008), a construção da subjetividade pressupõe a “inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade” (p. 93). Para a autora, experiência não se reduz a um conjunto de impressões internas, ela abrange uma multiplicidade de elementos e relações, em que a dimensão espacial se mostra tão relevante quanto a temporal (Massey, 2008, pp. 93-94). A subjetividade não se fecha em si mesma, mas abre-se ao mundo; nas palavras da autora, “o próprio espaço estava estabelecido no ser” (Massey, 2008, p. 94).

Guattari e Rolnik (1996, p. 31) recorrem ao conceito de “agenciamentos de enunciação” para descrever esta dinâmica, que se desdobra em duas direções: por um lado, atravessa sistemas extrapessoais — econômicos, sociais e tecnológicos; por outro, envolve dimensões infra-humanas, como os afectos, os desejos e as percepções. O que estes autores salientam é que a subjetividade, longe de constituir um dado psicológico privado, é de natureza essencialmente social. Assume-se, naturalmente, na experiência singular

de cada pessoa, mas sempre a partir de forças coletivas (Guattari & Rolnik, 1996, p. 33). Mais do que discutir a sua origem, a questão fulcral reside no modo como esta subjetividade é vivida — um processo que oscila, de forma contínua, entre diferentes pólos:

uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (Guattari & Rolnik, 1996, p. 33)

Nesse sentido, e no contexto do Fundão, o dado individual é o ponto onde as dimensões institucionais, económicas e culturais — que se manifestam como Fixos de Orientação e Inércia — se internalizam e são resistidas, reapropriadas e transformadas. É na subjetividade espacial em que essa tensão concentra o poder de transformação e a possibilidade do novo: “O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação” (Santos, 2011, p. 130).

## 1.4 A Arquitetura

Ainda no âmbito da produção do espaço, a arquitetura manifesta-se como materialização estratégica da dialética urbana apresentada: a singularização da vida e as relações sociais encontram no espaço construído o seu palco, o seu meio de expressão e a sua condição de possibilidade. Nesse quadro, o espaço arquitetônico transcende a forma e a funcionalidade para assumir um papel ativo na produção da realidade social.

A crítica de Lefebvre (2006) à fragmentação do conhecimento sobre o espaço é o ponto de partida para apreender a natureza do espaço arquitetônico. Para o autor, o “territorial, o urbanístico, o arquitetural” (Lefebvre, 2006, p. 12) estabelecem relações de “implicações-conflitos” (Lefebvre, 2006, p. 12) que não se revelam plenamente quando cada dimensão é tratada isoladamente. A divisão disciplinar que separa a arquitetura das dinâmicas políticas, econômicas e sociais encobre a sua dimensão relacional e reproduz uma visão do espaço como recetáculo estático — uma visão que Lefebvre qualifica de ideológica por ocultar os nexos sociais e de poder (Lefebvre, 2006, p. 134). Como discutido no capítulo anterior, contudo, nenhum desses elementos pode ser pensado de modo autônomo: o espaço é produzido na interlocução entre dados políticos, econômicos, sociais e culturais, e o espaço arquitetônico inscreve-se também nessa inter-relacionalidade.

A arquitetura constitui a instância concreta em que a práxis social se inscreve. Para Lefebvre, a “prática espacial consiste numa projeção ‘no terreno’ de todos os aspetos, elementos e momentos da prática social” (Lefebvre, 2006, p. 27). Nessa projeção, o espaço arquitetônico funciona como instrumento histórico: sob ordens e estratégias políticas, pode servir para reorganizar e até “violentar” um espaço anterior (Lefebvre, 2006, p. 215). O autor utiliza o exemplo da cidade hispano-americana, com seu plano quadriculado e a imponente arquitetura barroca, para ilustrar como um código do espaço se configura simultaneamente como produto artificial e como tecnologia de produção social, naturalizando hierarquias e mecanismos de controle (Lefebvre, 2006).

A produção do espaço é também campo de contradições. As representações do espaço — concebidas por arquitetos, urbanistas e planejadores — entram em confronto permanente com os espaços de representação, isto é, com as práticas, apropriações e usos dos habitantes. Essa tensão funda a vida urbana: projetos que visam coerência formal podem gerar fragmentação prática, tal como ocorreu com as formulações modernistas e com experiências associadas à Bauhaus, cujas propostas acabaram, em muitos contextos,

por produzir uma “arquitetura mundial, homogênea e monótona” (Lefebvre, 2006, p. 182; p. 419).

A primazia do visual e do formal precisa ser questionada para ler o espaço em sua totalidade. Reduções à “lógica da visualização” (Lefebvre, 2006, p. 184) comprometem a compreensão das temporalidades e das práticas que constituem o vivido. Desta maneira, a arquitetura deve ser lida como “arqui-textura” (Lefebvre, 2006, p. 171): um tecido que se transforma com o tempo, com o uso e com as experiências corporais coletivas. Os “conjuntos não verbais” evidenciam uma espacialidade que escapa à mera leitura mental ou simbólica (Lefebvre, 2006, p. 97), requerendo análises que integrem história, prática e percepção corpórea.

O vivido revela o potencial emancipatório da arquitetura. Ao lado de espaços que impõem separações ou funções exclusivas, há espaços que promovem encontro, convivência e gozo — formas de sociabilidade que constituem resistência à homogeneização (Lefebvre, 2006, p. 196). A vida urbana se reproduz nas práticas que ocupam o espaço; por isso, o talento arquitetural se mede também pela capacidade de produzir lugares duráveis, radiantes e habitáveis, capazes de sustentar experiências partilhadas. A investigação arquitetônica, portanto, deve priorizar as apropriações cotidianas, as vivências corporais e as texturas materiais onde as relações sociais se ancoram (Lefebvre, 2006).

A partir dessas premissas, podemos examinar como o desenho urbano e a arquitetura configuram o cenário das experiências humanas. Partindo da compreensão do espaço arquitetônico como práxis que materializa contradições e abre possibilidades de encontro, as seções seguintes mobilizarão as lentes necessárias em combinação para investigar como essa configuração espacial favorece (ou restringe) a sociabilidade e a vitalidade urbana dentro do contexto do Fundão.

## 1.5 Estado da Arte

A vitalidade urbana tem-se consolidado como um campo relevante de investigação no âmbito da Arquitetura, mobilizando contributos teóricos oriundos de diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Filosofia e a Psicologia ambiental. Parte significativa da literatura recente dedica-se a compreender os fatores espaciais, morfológicos e sociais que favorecem a presença, a permanência e a copresença de indivíduos nos espaços públicos — especialmente diante do diagnóstico recorrente de uma crise da vida coletiva urbana.

Nesse contexto, Jan Gehl (2013) constitui uma referência central para a análise da qualidade dos espaços públicos e da sua capacidade de acolher práticas sociais diversas. O livro *A Vida na Cidade* pode ser considerado o exemplo mais sistemático da operacionalização dos princípios desenvolvidos por Gehl em obras anteriores, como *Life Between Buildings*, *Cities for People* e *Public Spaces – Public Life*. Nele, Gehl propõe indicadores claros e aplicáveis que traduzem em critérios mensuráveis os conceitos de urbanidade, caminhabilidade e interação social que atravessam sua obra teórica e prática.

A literatura indica que tanto os atributos morfológicos do ambiente quanto os elementos percepcionais e comportamentais influenciam a experiência urbana, reforçando a necessidade de metodologias que integrem análise física, observação comportamental e percepção subjetiva.

Inserem-se nesse conjunto de pesquisas os estudos que buscam operacionalizar o conceito de vitalidade urbana por meio de indicadores e métodos empíricos de análise espacial e comportamental. O estudo *Vitalidade Urbana Nos Espaços Públicos: Um Estudo Na Cidade Do Porto* (Santana & Ragazzi, 2019) é particularmente relevante por incorporar observações sistematizadas por meio de mapeamentos comportamentais (MP) — registros naturalísticos e gráficos da ocupação humana, que relacionam o espaço físico às ações e usos dos seus usuários. Este estudo evidencia a importância de metodologias que capturem tanto a configuração do espaço quanto as práticas sociais nele desenvolvidas, servindo como referência para análises aplicadas à vitalidade urbana.

Em escala internacional, Cerrone et al. (2021) ampliam a abordagem de Jan Gehl para contextos urbanos de grande dimensão, propondo a operacionalização das suas cinco perguntas sobre vida e forma — Quem, O quê, Quando, Por quê e Quanto tempo — a partir da análise de imagens publicadas em redes sociais. Esta estratégia permite

transformar observações subjetivas em métricas quantificáveis, mantendo a resolução em escala humana característica da abordagem de Gehl, mesmo em cidades remotas ou demasiado numerosas para observação direta. O estudo mostra como princípios clássicos de vitalidade urbana podem ser aplicados de forma sistemática e escalável, oferecendo subsídios tanto para intervenções urbanísticas como para análises comparativas de maior abrangência.

As metodologias baseadas em Gehl são também particularmente úteis para analisar a diversidade demográfica e social nos espaços urbanos, permitindo identificar quais locais reúnem diferentes faixas etárias, gêneros e grupos culturais, e quais revelam indícios de segregação ou integração.

Aplicando esses princípios à investigação da apropriação do espaço público por imigrantes, é possível mapear padrões de presença e circulação, detetando onde diferentes grupos se encontram, interagem ou permanecem afastados. Assim, o uso de indicadores comportamentais e de visibilidade oferece ferramentas para compreender como o espaço público é apropriado por moradores de diferentes origens culturais, fornecendo subsídios tanto para políticas urbanísticas mais inclusivas quanto para projetos de integração social no território urbano.

## **2. Lentes de Análise e Metodologia**

A compreensão da metamorfose urbana do Fundão, tal como delineada nos capítulos anteriores, exige uma dupla lente que seja capaz de avaliar tanto as estruturas e os processos já existentes, como as dinâmicas sociais que elas produzem no coletivo. Uma análise puramente estatística ou morfológica seria insuficiente para responder à questão central desta investigação, pois deixariam de fora precisamente a dimensão vivida da transformação do espaço.

## 2.1 As Lentes Analíticas

A articulação entre as ferramentas apresentadas no capítulo teórico e a necessidade de compreender a experiência humana no espaço urbano se inicia neste capítulo a partir da discussão sobre a escala humana nas cidades. Para isso, adotamos novamente o conceito de “fixos” de Milton Santos (2004), agora reinterpretado sob a lente arquitetônica de Jan Gehl. Nessa perspectiva, os fixos são compreendidos como pontos nodais que organizam — e ao mesmo tempo são organizados — pela atividade humana ao seu redor.

Essa leitura, centrada na materialidade das dinâmicas espaciais da urbanidade, constitui a primeira lente de análise deste trabalho. A partir dela, voltamo-nos para uma dimensão mais sutil, porém indissociável da experiência urbana: os afetos que emergem desses encontros. Nesse movimento, a filosofia de Suely Rolnik oferece a segunda lente interpretativa, permitindo compreender como tais interações espaciais e humanas dão origem a novos territórios existenciais, tecidos pela coabitação, pelo diálogo intercultural e pelas micropolíticas do convívio urbano.

### 2.1.1 Jan Gehl e a Análise do Espaço Urbano

A lente analítica desenvolvida a partir da obra de Jan Gehl também parte do mesmo entendimento de que a qualidade do espaço urbano não pode ser apreendida exclusivamente por meio de sua forma construída, mas sobretudo pela vida que nele se manifesta. Em *Vida nas Cidades: Como Estudar*, Gehl (2018) propõe que o estudo da interação entre vida e forma exige um olhar sistemático e atento à complexidade das práticas cotidianas no espaço público. Para o autor, essa interação é marcada por sobreposições, cadeias de eventos e mudanças contínuas, o que torna inviável a aplicação de listas fixas de perguntas ou métodos universais para todas as cidades e contextos (Gehl, 2018, p. 11).

Diante dessa complexidade, Gehl defende que a observação da vida urbana deve se apoiar em perguntas básicas, formuladas de modo insistente e reiterado, tais como: quantos, quem, onde, o quê e por quanto tempo. Essas questões não pretendem esgotar a diversidade das situações urbanas, mas fornecer um conhecimento geral sobre o comportamento no espaço público e, ao mesmo tempo, um conhecimento específico sobre determinados padrões de uso e ocupação (Gehl, 2018, p. 11). O autor enfatiza que o contexto e o local devem orientar tanto as perguntas quanto os métodos e ferramentas empregados, cabendo ao observador utilizar seus sentidos e bom senso para ajustar o estudo às condições concretas do espaço analisado (Gehl, 2018, p. 11).

Entre essas perguntas fundamentais, Gehl destaca a importância de iniciar pela questão “quantos?”. Contar quantas pessoas realizam determinadas atividades permite tornar mensurável aquilo que frequentemente parece efêmero: a vida urbana. O autor observa que, enquanto dados precisos sobre fluxos de veículos são amplamente disponíveis nas cidades, a contagem de pedestres e de pessoas em permanência ainda é pouco valorizada, revelando uma lacuna nos estudos urbanos voltados à vida cotidiana (Gehl, 2018, p. 13). A contagem de pessoas fornece dados quantitativos que podem ser utilizados tanto para qualificar projetos urbanos quanto como argumentos nos processos decisórios, sobretudo quando realizadas de modo consistente e comparável ao longo do tempo (Gehl, 2018, p. 13).

Nos estudos sobre a vida na cidade, a pergunta “quantos?” costuma se desdobrar na observação de dois aspectos centrais: o fluxo de pedestres e a permanência no espaço público. Comparações entre diferentes horários, dias e estações permitem avaliar variações nos padrões de uso e, em contextos de intervenção urbana, verificar o impacto de projetos de melhoria. Como ressalta Gehl, um número isolado raramente é significativo; o valor analítico da contagem reside na possibilidade de comparação, o que exige o registro cuidadoso de condições como tempo, horário e metodologia empregada (Gehl, 2018, p. 13).

A pergunta “quem?” introduz a dimensão da diversidade social na observação da vida urbana. Para Gehl, compreender o comportamento das pessoas no espaço público constitui a base dos estudos sobre a vida na cidade, sendo fundamental especificar quem são os usuários dos diferentes espaços (Gehl, 2018, p. 14). Ainda que a observação direta imponha limites — tornando difícil, por exemplo, identificar ocupação profissional ou condição econômica —, o registro de categorias mais amplas, como gênero e idade, permite identificar quais grupos utilizam efetivamente o espaço público e quais tendem a ser negligenciados (Gehl, 2018, p. 14). Esse conhecimento é particularmente relevante para o planejamento urbano, pois possibilita atender de forma mais precisa às necessidades de mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, frequentemente sub-representados nos espaços públicos.

A questão “onde?” direciona o olhar para a relação entre o desenho urbano e o uso efetivo do espaço. Embora arquitetos e urbanistas frequentemente projetem espaços com expectativas claras sobre fluxos e permanências, a observação empírica revela que as pessoas nem sempre se comportam conforme o previsto. Caminhos espontâneos marcados sobre gramados e concentrações em áreas de transição evidenciam desvios entre o projeto e a prática cotidiana (Gehl, 2018, p. 15). Estudos de movimento e

permanência permitem identificar barreiras, preferências e centralidades informais, contribuindo para o posicionamento mais adequado de caminhos, mobiliário urbano e áreas de permanência.

Em áreas urbanas mais amplas, como bairros ou distritos, a pergunta “onde?” pode revelar padrões de concentração ou dispersão de atividades, bem como a localização de funções e direções predominantes de fluxo de pedestres. Esses registros permitem compreender como diferentes escalas espaciais influenciam a vida urbana, reforçando a ideia de que a vitalidade não se distribui de forma homogênea, mas se organiza em torno de pontos nodais, zonas de transição e áreas de maior atratividade (Gehl, 2018, p. 15).

A partir desse processo de observação sistemática, Gehl organiza a vida urbana em categorias de atividades que sintetizam a relação entre forma construída e experiência cotidiana. Em *A Vida entre Edifícios*, o autor distingue três tipos principais de atividades ao ar livre: atividades necessárias, atividades opcionais e atividades sociais (Gehl, 2011). As atividades necessárias são aquelas às quais as pessoas são, em maior ou menor grau, forçadas a participar, como deslocamentos cotidianos relacionados à maior parte das demandas da vida diária. Por esse motivo, são as menos influenciadas pela qualidade do espaço físico e estão, quase sempre, associadas ao caminhar (Gehl, 2011, p. 14).

As atividades opcionais dependem, em maior grau, de condições exteriores favoráveis, além do fator mais óbvio: o desejo de realizá-las. O que acontece é que mesmo o desejo de um indivíduo de, por exemplo, “fazer uma caminhada para respirar um pouco de ar fresco, ficar por aí aproveitando a vida, sentar-se para tomar um banho de sol” (Gehl, 2011, p. 15) depende se o tempo e o lugar permitem. Por isso, esse tipo de atividade é especialmente sensível ao planejamento do espaço urbano, já que sua ocorrência está diretamente ligada à qualidade do ambiente físico e ao conforto que ele proporciona.

As qualidades dos espaços ao ar livre não influenciam apenas a ocorrência das atividades opcionais, mas também o modo como as atividades necessárias se desenrolam. Em ambientes de baixa qualidade, tende a prevalecer apenas o estritamente necessário — como observa o autor, nesses contextos ‘as pessoas correm para casa’ (Gehl, 2011, p. 16). Em contrapartida, quando as condições espaciais são mais favoráveis, as atividades cotidianas podem se prolongar, permitindo que os indivíduos se sintam convidados a permanecer, sentar-se, observar e desfrutar do espaço.

As atividades sociais são resultantes de ambas as primeiras apresentadas, pois implicam apenas que as pessoas estejam num mesmo espaço, geralmente ligadas por um interesse

comum de estarem ali. Essas interações sociais podem se manifestar desde o simples fato de ver e ouvir outras pessoas até encontros mais prolongados, que muitas vezes surgem de forma espontânea a partir da convivência em um mesmo espaço. Também são, portanto, “indiretamente impulsionadas sempre que às atividades necessárias e opcionais são dadas melhores condições nos espaços públicos” (Gehl, 2011, p. 16). O papel do planejamento físico, nesse caso, não é determinar a qualidade ou a profundidade dos contatos, mas criar condições que favoreçam a possibilidade desse encontro.



Figura 3 – Oportunidades de contato e atividades de "ver e ouvir" em um espaço público. (Fonte: Adaptado de Gehl, 2011.)

A análise visual do próprio autor ilustra essa dinâmica. Uma das fotografias em seu livro (Gehl, 2011, p. 15), por exemplo, captura uma cena urbana onde pessoas com maletas apressadas — em suas atividades necessárias — se cruzam com outras sentadas tranquilamente em uma esplanada de café. Na legenda, a imagem é identificada como "atividades opcionais," porque o foco analítico de Gehl reside na interação que essas atividades criam: “poderemos ver como as atividades necessárias, opcionais e sociais ocorrem de forma finamente entrelaçada.” (p. 18). A foto capta a forma de convívio que ele chama de “baixa intensidade” e emerge do entrelaçamento entre pessoas que estão de passagem e aquelas que optaram por permanecer. O autor aprofunda posteriormente na necessidade de contacto e evidencia a importância desses “contatos passivos”: “eles são preciosos tanto como formas de contato em si, quanto como pré-requisitos para outras interações mais complexas.” (p. 18)

Nesse sentido, as possibilidades de convívio de baixa intensidade talvez se revelem de maneira ainda mais clara quando estão ausentes: se não há atividades entre os edifícios,

desaparecem as transições sutis entre estar sozinho e estar com os outros. O resultado é um espaço em que os limites entre isolamento e encontro tornam-se rígidos, restringindo as formas de convivência. Em contrapartida, a vida entre edifícios abre espaço para um estar-junto descontraído e pouco exigente — caminhar sem pressa, desviar pela rua principal a caminho de casa ou simplesmente sentar-se em um banco convidativo para compartilhar o espaço com outras pessoas por alguns instantes.

Essas reflexões de Gehl permitem pensar como os encontros casuais, mesmo quando breves e pouco exigentes, estruturam parte significativa da vida em comum. A possibilidade de ver e ouvir os outros, de cruzar vizinhos e conhecidos nas atividades diárias, cria oportunidades de convivência que fortalecem os laços locais e mantêm uma rede de contatos viva de forma espontânea.

### 2.1.2 Suely Rolnik e a Cartografia Sentimental

A passagem da análise do desenho urbano, desenvolvida a partir da lente de Jan Gehl, para a inscrição dos afetos no espaço pode ser compreendida a partir da contribuição de Suely Rolnik (1997). Se, na lente anterior, a pergunta *quem?* permite identificar quais corpos ocupam o espaço urbano e de que maneira, a perspectiva de Rolnik oferece um aprofundamento conceitual para compreender como esses diferentes “quens” se inscrevem afetivamente no tecido urbano, especialmente a partir da tensão entre sedimentação estrutural e movimento.

Rolnik propõe uma teoria da subjetividade capaz de acolher a potência de transformação no interior da própria dimensão estrutural. Para a autora, a subjetividade possui uma dupla face: de um lado, a sedimentação estrutural — ou os chamados fixos de inércia — ligada às formas estabelecidas, identitárias e estabilizadas de existência; de outro, uma agitação caótica propulsora de devires, através da qual “outros e estranhos eus se perfilam, com outros contornos, outras linguagens, outras estruturas, outros territórios” (Rolnik, 1997, p. 10). Essa formulação permite compreender que os diferentes sujeitos que ocupam o espaço urbano não o fazem de maneira homogênea, mas a partir de posições distintas em relação ao que já está sedimentado e ao que se encontra em processo de transformação.

Em obra anterior, *Cartografia Sentimental*, Rolnik (1989, pp. 59–63) desenvolve essa mesma tensão a partir da distinção entre macropolítica e micropolítica, conceitos que traduzem, respectivamente, o campo molar das estruturas e o campo molecular dos afetos e dos fluxos. Essa distinção possibilita categorizar os “quens” observados no espaço urbano não apenas por atributos visíveis, mas pelos modos como se

territorializam e reterritorializam no cotidiano da cidade. Nesse processo, a noção de reterritorialização é central, uma vez que não há desterritorialização sem reterritorialização: todo abandono de um território implica, simultaneamente, a inscrição em novas formas de organização da vida (Deleuze & Guattari, 1997, v. 4, pp. 197–198).

Para Rolnik (1989, pp. 47–48), esses fluxos são invisíveis e incontroláveis, traçando linhas de fuga que não significam fuga do mundo, mas o próprio mundo em transformação. Ainda assim, tais fluxos tornam-se legíveis por meio de seus efeitos no espaço urbano, permitindo distinguir diferentes modos de reterritorialização. Conforme apontam Deleuze e Guattari (1997, “Tratado de Nomadologia”, para. 33), o sujeito sedentário tende a reterritorializar-se por mediações institucionais — como o Estado, a propriedade e os códigos sociais —, enquanto o migrante desterritorializa-se de um espaço e se reterritorializa em outro. Esses modos distintos de reterritorialização oferecem um quadro analítico para compreender a inscrição diferenciada dos afetos no espaço urbano: enquanto alguns grupos reforçam sociabilidades já sedimentadas, outros produzem centralidades alternativas e modos de habitar ainda em formação.

Sob essa perspectiva, e de forma fundamental para a análise do espaço urbano, o movimento de desterritorialização nunca se distribui de maneira homogênea. Deleuze e Guattari (1996, “Teoremas de desterritorialização...”, para. 1) alertam para uma sobreposição hierárquica na qual o menos desterritorializado — isto é, as estruturas fixas e os códigos estabelecidos da cidade — tende a se impor sobre o mais desterritorializado, associado às forças do fluxo migratório. A partir desse referencial, a cidade pode ser compreendida como um sistema dinâmico de tensões verticais, no qual a fixação e o fluxo coexistem e se reconfiguram continuamente, com os fixos buscando orientar, codificar e estabilizar a manifestação dos fluxos no espaço urbano.

### **2.1.3 A Escala da Análise: A Especificidade da Cidade Pequena**

A potência das cidades pequenas reside, portanto, na sua capacidade de facilitar a sociabilidade de baixa intensidade. Portanto, para além da análise estrutural das atividades, esta escala territorial também serve como um amplificador dos afetos e dos fluxos de subjetividade introduzidos por Rolnik (1997). O que em grandes centros urbanos seria uma “troca de palavras” fugaz ou um contato anônimo, na cidade pequena assume um caráter mais significativo e frequente. Gehl (2011) aponta que “encontros frequentes ligados a atividades diárias aumentam as chances de desenvolvermos contatos com os vizinhos”, pois “com encontros frequentes, as amizades e as redes de

contatos são mantidas de maneira muito mais simples e menos rígida do que quando precisamos usar o telefone e fazer convites" (p. 18).

Estudos como os de Ângela Maria Endlich (2006) aprofundam esta questão, apontando para duas dimensões fundamentais: o ritmo e a sociabilidade. O ritmo da cidade pequena é frequentemente percebido como mais lento e humanizado. A sociabilidade, por sua vez, é um atributo complexo e central. Por um lado, é marcada por uma forte afetividade, onde "os vínculos de afetividade confundem-se à afeição pelo espaço, tornando-o singular pelos laços específicos que cria" (Endlich, 2006, p. 390). Esta dinâmica assenta nas chamadas "relações primárias", que se baseiam "em vínculos mais pessoais, informais, imediatos e fundamentados no parentesco e na afetividade" (Endlich, 2006, p. 395). Por outro lado, Endlich (2006) adverte para o reverso desta condição, que se manifesta na forma de um forte controlo social, mais presente em comunidades menores (p. 394). A alta visibilidade e a "pessoalização" das relações podem limitar a liberdade de expressão, um contraponto ao anonimato das grandes cidades.

A partir das aproximações entre a arquitetura, o desenho urbano e a filosofia da diferença, é possível compreender a cidade pequena como um território de um devir menor, um conceito originalmente formulado por Deleuze e Guattari. Para os autores, o "devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa" (Deleuze & Guattari, 1997, p. 78). Trata-se de uma "prática de contra-investimento, exercida sobre as estruturas de poder por forma a abrir espaços para a vida e para a heterogeneidade" (Caló, 2013).

Na filosofia de Deleuze, a variante "menor" está associada a uma abordagem qualitativa, e não quantitativa. Não se trata de uma redução de tamanho, mas da afirmação de uma diferença. O "homem é a entidade molar por excelência", o padrão dominante, "enquanto que os devires são moleculares" (Deleuze & Guattari, 1997, p. 78). O "menor" é o campo do molecular, da variação e da potência das minorias. É fundamental, como alertam os estudiosos do tema, não confundir o "menor" com o "pequeno, o independente ou o marginal", mas entendê-lo como um conceito ético-político que, nesse contexto da cidade pequena, descreve um espaço onde se articulam táticas e maneiras de fazer que desafiam a narrativa dos grandes centros urbanos. Ao recusarmos em definir os territórios de baixa densidade pela negativa, ou seja, por aquilo que não são em comparação com as grandes metrópoles, a análise da transformação urbana na cidade pequena encontra um campo de expressão privilegiado. Como afirmam Deleuze e Guattari (2014), "uma literatura menor é muito mais apta a trabalhar a matéria" (p. 31).

De forma análoga, a escala reduzida da cidade pequena funciona como uma lupa: as transformações sociais, os encontros culturais e as inscrições do desejo no território não se diluem no anonimato da metrópole. Pelo contrário, são intensificadas pela proximidade, tornando a metamorfose urbana um fenômeno visível e palpável no cotidiano.

É na articulação entre esta potência do "devir menor", a intensidade proporcionada pela sua escala e as suas formas particulares e complexas de ritmo e sociabilidade que a cidade pequena se revela. Ela não é um simulacro imperfeito da grande cidade, mas um laboratório onde a luta pela politização coletiva da cidade se torna particularmente visível, um palco onde os modos de vida são protagonistas de forma imediata e palpável (Caló, 2013). É crucial notar, contudo, que esta sociabilidade não é estática. A própria Endlich (2006, p. 398) já apontava para a sua transformação face a novos fatores, nomeadamente os decorrentes da chegada de novos grupos populacionais, que introduzem uma "maior diversificação social" e testam os mecanismos de integração entre "imigrantes e moradores mais antigos". É precisamente nesta encruzilhada, entre uma estrutura de sociabilidade consolidada e a chegada de novas dinâmicas, que o Fundão se apresenta como o território ideal para uma investigação que, através da cartografia, procura mapear as forças subjetivas que impulsionam a sua contínua transformação.

## **2.2 Metodologia**

A abordagem metodológica deste trabalho parte da premissa de que o arquiteto desempenha um papel central na leitura da realidade urbana, assumindo a tarefa de compreendê-la em sua complexidade social, espacial e afetiva. Nessa perspectiva, a pesquisa adota a postura de um arquiteto-cartógrafo, que se coloca simultaneamente como observador e intérprete dos processos urbanos, articulando teoria e prática como dimensões indissociáveis da análise.

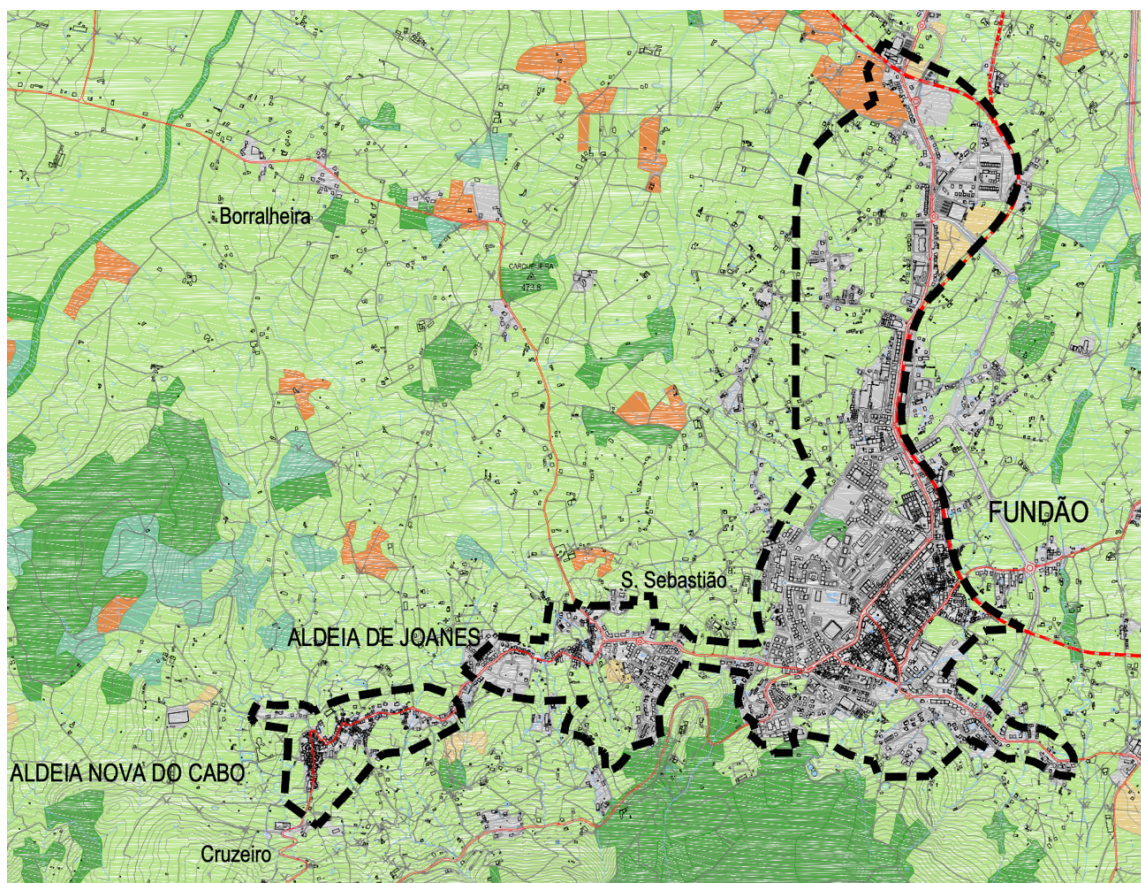
O estudo busca registrar ritmos, fluxos, permanências e tensões que constituem o território do Fundão. Conforme discutido no capítulo teórico, tais dimensões — embora imateriais — tornam-se legíveis por meio de seus efeitos espaciais e comportamentais, estando diretamente relacionadas à qualidade dos espaços públicos e às formas de apropriação urbana. O critério cartográfico de avaliação, nesse sentido, não se apoia na dicotomia entre verdadeiro ou falso, mas na distinção entre o que se apresenta como vitalizante e o que se revela como limitador ou destrutivo (Rolnik, 1989, pp. 66–67).

A metodologia estrutura-se a partir de uma triangulação de procedimentos, combinando análise morfológica, observação sistemática no terreno e registros fotográficos. Essa articulação permite apreender tanto a dimensão estrutural do espaço urbano quanto a inscrição dos afetos e das práticas cotidianas, em consonância com as lentes analíticas desenvolvidas por Jan Gehl e Suely Rolnik.

Com o objetivo de tornar a análise mais precisa e operacional, o estudo foi organizado em duas etapas analíticas complementares, ambas orientadas pelos mesmos eixos de leitura: a análise das zonas de vitalidade urbana e a análise da inscrição dos afetos nessas zonas.

### **2.2.1 Área de Estudo e Delimitação**

Embora o município do Fundão possua uma área geográfica mais ampla, como se vê na Figura 4, a presente investigação foca-se especificamente no núcleo urbano da cidade do Fundão. Excluem-se da análise as freguesias periféricas e as zonas predominantemente industriais ou de menor densidade demográfica, como a área de São Sebastião e as aldeias de Joanes e Nova do Cabo, pois a sua dinâmica não oferece a mesma riqueza de dados para a aplicação do estudo. O núcleo central, por outro lado, com sua alta concentração de serviços, comércios e espaços públicos, representa um sistema que reflete de forma ampliada as transformações urbanas, sociais e culturais que são o objeto desta pesquisa.



LEGENDA:

+++++ Limite de concelho (CAOP 2019)

----- PERÍMETROS URBANOS EM VIGOR

Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS2018 - nível 1)



- 1. Territórios artificializados
- 2. Agricultura
- 3. Pastagens
- 4. Superfícies agroflorestais



- 5. Florestas
- 6. Matos
- 7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação
- 9. Massas de água superficiais

Figura 4 – Planta da Situação Existente da Freguesia do Fundão. (Fonte: Câmara Municipal do Fundão, PDM, adaptado pela autora, 2025.)

### 2.2.2 Morfologia

No âmbito da análise morfológica, a coleta de dados foi realizada a partir de consultas a bases cartográficas e documentos institucionais disponibilizados pelo Município do Fundão, com destaque para a Planta da Situação Existente do Plano Diretor Municipal (PDM), complementadas por imagens de satélite obtidas por meio do software Google Earth e por observações *in loco* e registo fotográfico.

### 2.2.3 Observações Sistematizadas no Terreno

#### 2.2.3.1 Zoneamento

A identificação das zonas de vitalidade urbana constituiu o primeiro eixo analítico das observações sistematizadas no terreno e resultou de um processo articulado em duas etapas complementares. A primeira consistiu em uma leitura do desenho urbano em planta, a partir do estudo dos cheios e vazios, que permitiu identificar áreas com maior concentração de edificações, serviços e, conseqüentemente, maior potencial de atividades. Essa leitura preliminar orientou a definição dos pontos de observação no espaço urbano.

A segunda etapa correspondeu à imersão no terreno, tendo como principal instrumento a observação participante, entendida como a presença sensível nos espaços cotidianos do Fundão. Essa imersão é justificada pelo conceito de corpo vibrátil (Rolnik, 1989), segundo o qual o corpo atua como sensor capaz de captar afetos e fluxos, que não são plenamente apreendidos pelo estudo em planta. Ao mesmo tempo, a observação *in loco* possibilitou a aplicação atenta dos princípios estruturais propostos por Gehl na leitura sistemática do espaço urbano.

As observações de campo foram realizadas a partir de visitas distribuídas ao longo de três dias, sempre nos mesmos pontos previamente definidos e em diferentes períodos do dia: nos dois primeiros dias, realizadas em uma segunda-feira, entre as 10h e as 16h, com o objetivo de registrar a dinâmica associada ao mercado semanal; e no terceiro dia, realizado em uma sexta-feira, entre as 13h e as 18h, buscando captar variações nos padrões de uso e permanência em outro momento da semana.

#### 2.2.3.2 Análise das Zonas de Vitalidade Urbana

Inspirada na obra *Vida entre Edifícios* (Gehl, 2011), a análise das zonas de vitalidade urbana concentrou-se na leitura da produção do espaço a partir da experiência humana, com especial atenção aos fluxos de circulação, aos pontos de permanência e às áreas mais intensamente utilizadas ou esvaziadas. Essa abordagem parte do entendimento de que a qualidade do espaço público se torna legível por meio dos modos de uso e de copresença que ele favorece ou restringe.

Com o objetivo de tornar essa leitura operacional, foram definidos dois indicadores principais de vitalidade: o índice de permanência e a presença de barreiras. O índice de permanência foi classificado qualitativamente em três categorias — baixa, temporária e alta — a partir do tempo de permanência dos usuários e da recorrência das ocupações

observadas. Já as barreiras foram identificadas segundo sua natureza topográfica, física ou visual, considerando de que modo interferem na circulação, na permanência e na legibilidade do espaço urbano.

Em consonância com outra obra do mesmo autor, *A Vida na Cidade: Como Estudar* (Gehl, 2018), exposta como lente analítica, a observação incluiu também a contagem aproximada de pessoas em circulação e em permanência, mobilizando a pergunta *quantos?* como forma de tornar visível a intensidade relativa da vida urbana em determinados trechos do espaço analisado. Essa contagem teve caráter exploratório e contextual, não sendo utilizada como medida estatística rigorosa, mas como apoio empírico à classificação qualitativa do índice de permanência e à leitura dos padrões de uso observados.

As contagens foram realizadas de forma visual, em recortes espaciais específicos das zonas de vitalidade identificadas e durante os períodos de observação previamente definidos. Em uma das zonas com alto índice de vitalidade, por exemplo, observou-se a passagem aproximada de cerca de uma centena de pessoas ao longo do período analisado, em uma área estimada de aproximadamente 4.800 m<sup>2</sup>, evidenciando uma vitalidade associada predominantemente ao fluxo, ainda que com baixos tempos de permanência. Esses valores foram interpretados de maneira relacional, em articulação com os demais indicadores adotados, e não como critérios numéricos absolutos para a definição das zonas.

Os indicadores de permanência, barreiras e intensidade relativa de uso foram analisados à luz dos princípios para promover o contato sistematizados por Gehl — como a ausência de barreiras, as distâncias curtas, as velocidades de movimento baixas, a continuidade do plano horizontal e a orientação do espaço para a vida social — traduzidos em elementos observáveis no terreno, conforme sintetizado na tabela de análise utilizada.

ÍNDICE DE VITALIDADE	PRINCÍPIOS ENVOLVIDOS (GEHL)	ELEMENTOS OBSERVADOS
<b>BAIXO</b>	Ausência de barreiras; Distâncias curtas  Velocidades baixas; Orientação para a vida social	Fachadas cegas, muros contínuos, escala excessiva da via  Tráfego rápido, ausência de usos ativos no térreo
<b>MÉDIO</b>	Distâncias curtas; Plano horizontal  Orientação para a vida social; Velocidades baixas	Espaços amplos de transição; Alguns desníveis; Permanência limitada  Atividades pontuais; Presença moderada de automóveis
<b>ALTO</b>	Orientação para a vida social; Ausência de barreiras  Distâncias curtas; Velocidades baixas  Plano horizontal	Fachadas ativas, forte relação público-privado  Escala pedonal, movimento lento, permanência  Continuidade do plano e acessibilidade

Tabela 1 – Índice de Vitalidade (Elaborado pela autora, 2025)

### 2.2.3.3 Análise dos Afetos nas Zonas de Vitalidade

O último eixo analítico das observações sistematizadas teve como foco a análise da inscrição dos afetos nas zonas de vitalidade identificadas, a partir da leitura das potencialidades de encontro e copresença mediadas pelas características espaciais de cada área. Partindo da pergunta *quem?*, também central na lente analítica de Gehl, esta etapa não buscou identificar grupos sociais de forma categórica ou exaustiva, mas compreender como diferentes configurações espaciais favorecem ou restringem o encontro entre pessoas e grupos diversos no espaço público.

Essa opção metodológica dialoga diretamente com a abordagem proposta por Gehl, segundo a qual a observação da vida urbana permite registrar apenas determinadas categorias amplas — como gênero e idade —, reconhecendo os limites e o grau de inexatidão inerentes à observação direta, bem como a impossibilidade de identificar atributos como ocupação profissional ou condição econômica apenas a partir do comportamento observado (Gehl, 2018, p. 18). Assim, o foco da análise desloca-se da classificação rígida de grupos para a leitura dos padrões de uso, copresença e acessibilidade social produzidos pelo espaço urbano.

Em diálogo com os processos de sedimentação e fluxo discutidos por Rolnik, os espaços foram classificados em três categorias analíticas: espaços mediadores, espaços neutros e espaços tradicionais. Essa classificação não se baseia exclusivamente em atributos formais, mas nos modos de apropriação observados, nas práticas recorrentes e nos tipos de sociabilidade que cada espaço tende a favorecer, considerando um gradiente que vai do mais aberto ao mais sedimentado.

A observação concentrou-se, assim, na leitura dos indícios empíricos da abertura ou do fechamento relacional dos espaços, como a diversidade de perfis presentes, os tempos de permanência, os modos de uso e as situações de copresença — considerando idade, gênero e práticas não como categorias fixas, mas como sinais da inscrição diferenciada dos afetos no espaço urbano. Ainda que os afetos não sejam diretamente mensuráveis, eles tornam-se legíveis por meio de seus efeitos: padrões de permanência, repetição de usos, exclusões silenciosas ou a emergência de centralidades alternativas.



### **3. Análise e Articulação Espacial no Fundão**

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os achados da pesquisa de campo, articulando as observações do espaço urbano do Fundão com a lente teórica e metodológica da investigação. A análise procura decifrar de que modo a cidade se revela como um organismo vivo e aberto a transformações, a partir das dinâmicas sociais e afetivas, com especial atenção ao fenómeno da migração.

### 3.1 As Zonas de Análise



Figura 5 – Planta de Cheios e Vazios com Zonas de Estudo. (Fonte: Elaborado pela autora, 2025.)

A definição das zonas de análise teve como base a leitura morfológica da planta urbana do Fundão, realizada por meio da interpretação dos cheios e vazios urbanos, da densidade edificada e da distribuição de funções. Essa leitura permitiu identificar áreas com maior potencial de vitalidade urbana, além de espaços relevantes para a observação das dinâmicas de permanência e apropriação do espaço público.

A partir dessa análise prévia, foram delimitadas seis zonas principais, representadas na Figura 5, que já incorpora os resultados da leitura espacial. Cada zona foi selecionada com base em critérios específicos e será descrita detalhadamente a seguir:

**Zona 1: Avenida da Liberdade.** Trata-se de um dos principais eixos estruturantes da cidade, articulando mobilidade, comércio e sociabilidade. A Avenida da Liberdade apresenta uma configuração linear e central, com intensa circulação de pedestres, presença significativa de lojas tradicionais e novos estabelecimentos comerciais, além de serviços públicos. Esses elementos convivem com espaços informais de encontro, o que faz da avenida um lugar-chave para a observação dos fluxos cotidianos e das dinâmicas de copresença urbana.

**Zona 2 – Centro Histórico.** Com uma morfologia compacta e um traçado viário irregular, o centro histórico é marcado pela presença de edifícios antigos e pelo valor simbólico atribuído à memória urbana. É um espaço onde se observa a continuidade de práticas tradicionais de uso do espaço, como a circulação pedestre, pequenas compras e encontros casuais entre moradores. Sua forma urbana influencia diretamente a experiência espacial e a densidade das interações sociais, tornando-o relevante para compreender como o patrimônio físico se articula à vitalidade cotidiana.

**Zona 3 – Centro Cívico e Jardim Municipal.** Espaço amplo e de desenho contemporâneo, caracteriza-se pela função cívica e pelo uso coletivo. É um local central para eventos públicos, como o Mercado Semanal, que altera significativamente os padrões de uso e permanência ao longo da semana. A combinação entre áreas ajardinadas, mobiliário urbano e edifícios institucionais configura uma zona de convivência que permite observar como a vitalidade do espaço varia de acordo com as programações temporárias e as condições de conforto ambiental.

**Zonas 4, 5 e 6: Áreas Residenciais.** Estas zonas foram incluídas na análise por oferecerem contrastes significativos em relação ao centro urbano, tanto em termos de densidade quanto de morfologia e modos de uso. Embora não estejam diretamente vinculadas aos princípios estruturantes propostos por Gehl, essas áreas permitem observar formas

específicas de permanência cotidiana, práticas de vizinhança e microdinâmicas locais de circulação. Elas contribuem para ampliar a compreensão da coabitação urbana e das diferentes formas de apropriação do espaço público em áreas predominantemente residenciais.

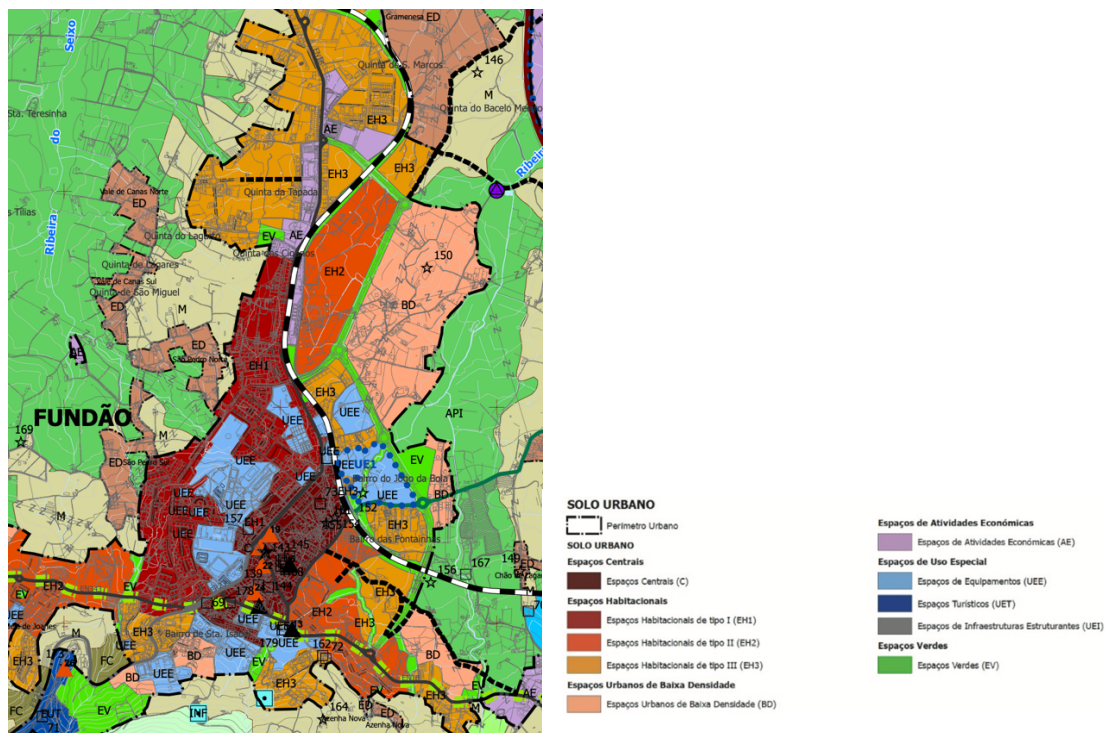
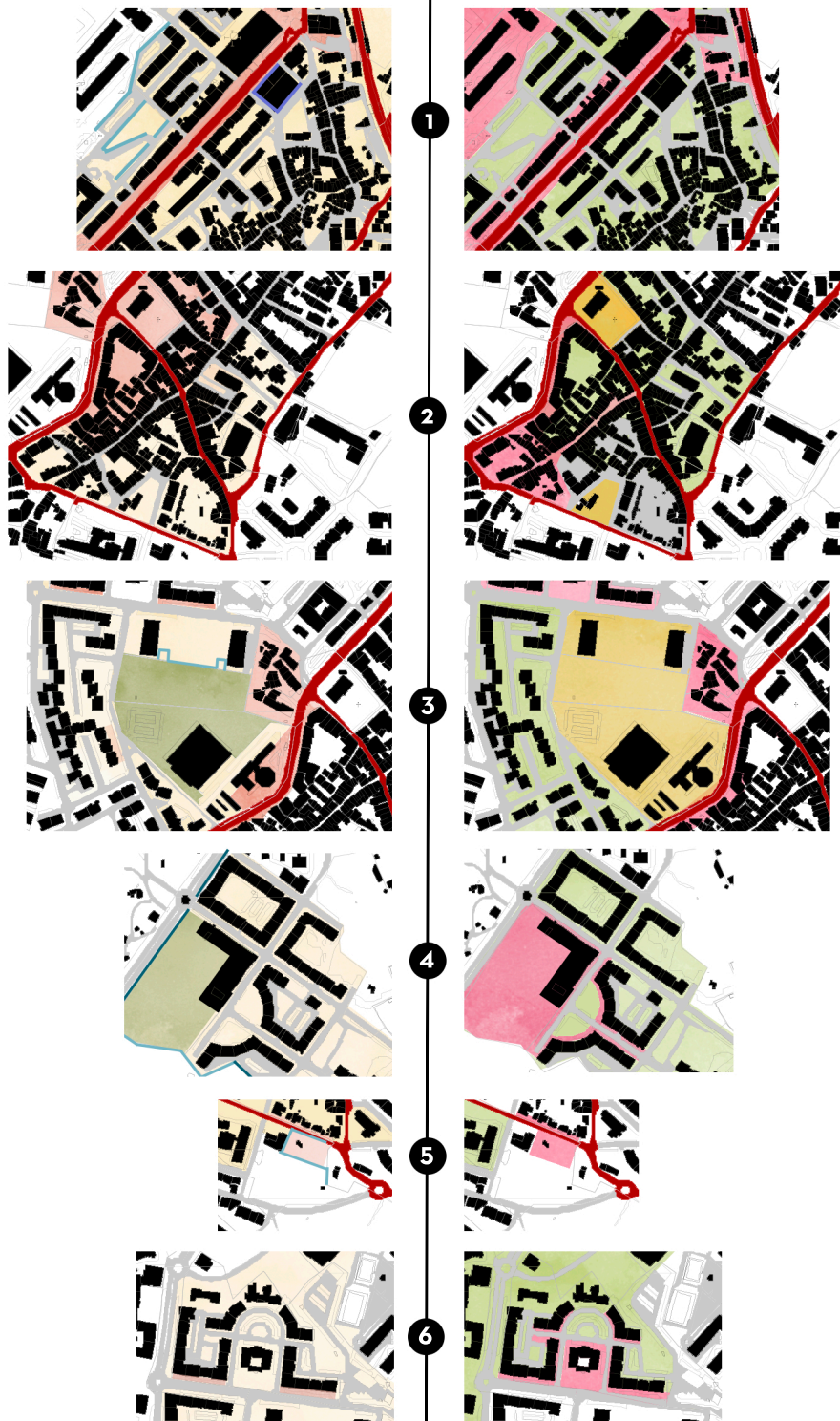


Figura 6 – Mapa de Classificação do Solo Urbano com Destaque nas Áreas de Análise. (Fonte: Adaptado do Município do Fundão, PDM, 2025.)

Além da planta síntese das zonas, o Mapa de Classificação do Solo Urbano (Figura 6) complementa essa análise ao evidenciar a distribuição das diferentes tipologias de uso do solo — como espaços habitacionais, equipamentos, atividades econômicas e áreas verdes —, permitindo relacionar os usos previstos em plano com os padrões de uso observados no terreno.

### 3.2 Análise Espacial da Vitalidade e da Interação

PLANTAS  
1:10000



#### ÍNDICE DE PERMANÊNCIA

- BAIXO / MÉDIO
- ALTO
- TEMPORÁRIO

#### BARREIRA

- TOPOGRÁFICA
- FÍSICA / VISUAL
- VELOCIDADE

#### TIPOLOGIA DE INTERAÇÃO

- ESPAÇOS MEDIADORES  
ÁREAS DE COMÉRCIO, LAZER E SERVIÇOS
- ESPAÇOS NEUTROS  
RUAS E PRAÇAS DE CIRCULAÇÃO  
ZONAS DE TRANSIÇÃO
- ESPAÇOS TRADICIONAIS  
PRÁTICAS E VALORES LOCAIS

Figura 7 – Painel de manchas tipológicas: índice de permanência, barreiras e tipologia de interação nas zonas observadas. (Fonte: Elaborado pela autora, 2025).

Com base na observação sistematizada das zonas delimitadas, foram produzidas plantas analíticas que sintetizam dois eixos centrais da análise: o índice de permanência e a tipologia de interação.

A figura 7 apresenta o painel de manchas tipológicas, resultado da sobreposição entre dados empíricos levantados no terreno e critérios analíticos definidos a partir da lente teórica de Jan Gehl. Cada zona foi mapeada segundo a intensidade de uso, presença de barreiras e tipos de interação social favorecidos pelo espaço.

Esta leitura cartográfica das zonas será aprofundada na seção seguinte, por meio de uma análise fotográfica e interpretativa dos espaços observados, com foco nas dinâmicas de permanência, nos indícios afetivos e nas situações de copresença cotidiana que emergem do uso real do espaço urbano.

### 3.3 Análise da Qualidade da Vida Urbana

#### 3.3.1 Ausência de Barreiras Físicas (no walls) e Plano Horizontal (one level)

Gehl (2011, pp. 63–64) enfatiza que a qualidade da experiência urbana depende de uma compreensão atenta do funcionamento dos sentidos humanos, especialmente da visão e da audição, que estruturam grande parte das interações sociais em espaços públicos. O autor lembra que nossa percepção é predominantemente horizontal, ajustada ao deslocamento em baixa velocidade, o que significa que os eventos urbanos significativos precisam ocorrer no mesmo plano em que caminhamos, sem obstáculos que limitem a visibilidade ou o contato.

Nesse enquadramento, dois princípios assumem relevância central: o do plano horizontal (one level), que garante acessibilidade e continuidade de movimento, e o da ausência de barreiras físicas (no walls), que assegura a legibilidade e a permeabilidade dos lugares. Quando conjugados, esses princípios criam as condições para que a cidade seja lida, vivida e apropriada de forma inclusiva, oferecendo aos habitantes a possibilidade de circulação fluida e de encontro social espontâneo.

No Fundão, essa lógica manifesta-se de forma clara nas **Zonas 1, 2 e 3**, que não apenas partilham fronteiras físicas, mas constituem uma unidade funcional e simbólica no coração urbano. A observação empírica revelou que essa área de transição se organiza em torno de equipamentos e edifícios de forte carga institucional — como a Câmara Municipal, a Caixa Geral de Depósitos, a Praça Amália, a Rádio Cova da Beira e o Clube Académico



Figura 8 – Vista da Avenida da Liberdade, Fundão, no ponto de transição para o centro cívico. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 9 – Detalhamento dos espaços de permanência e circulação, incluindo os edifícios Rádio Cova da Beira e Clube Académico. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

A amplitude deste espaço de transição permite uma visibilidade abrangente, facilitando a orientação e a perceção da vida urbana, e reforçando a interconexão entre as principais áreas da cidade. Como observa Gehl (2011), a dispersão de atividades urbanas em grandes áreas separadas, dependentes do automóvel, enfraquece a vitalidade social, enquanto a proximidade e a organização das funções em torno das ruas e praças

potenciam encontros e estimulam atividades. Historicamente, lembra o autor, “os edifícios, entradas e funções reuniam-se em torno de um espaço público e se voltavam uns para os outros, como amigos ao redor de uma mesa” (p. 87). É exatamente o que se verifica no Fundão: em menos de 15 minutos a pé é possível alcançar os principais equipamentos urbanos — os bancos, o centro cívico, a Câmara Municipal, os jardins e a área comercial — todos integrados em um mesmo sistema de ruas e praças.

Entretanto, o conceito de “barreira” em Gehl não deve ser interpretado apenas como obstáculo físico intransponível. O Jardim da Câmara Municipal (Zona 3) é um exemplo disso. Localizado numa zona mais alta, a cerca de três metros da avenida, o jardim é acessível por uma rampa larga e por escadas que o conectam à Rua Cinco de outubro. O muro junto ao qual se apoia um quiosque, na Avenida da Liberdade, ilustra essa elevação e delimitação física.



Figura 10 – A barreira física (muro e elevação) entre o Jardim da Câmara Municipal e a Avenida da Liberdade. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 11 – Barreira física e descontinuidade do plano horizontal na Rua Cinco de Outubro. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Este desnível opera como um mecanismo de hierarquização espacial: ao elevar o jardim, confere-lhe maior evidência visual e um estatuto simbólico distinto, separando intencionalmente o espaço cívico e de permanência tranquila da dinâmica acelerada do comércio e do centro financeiro adjacente (Banco Caixa Geral de Depósitos). Desta forma, a estratégia de elevação projeta um resultado experiencial específico. O edifício da câmara municipal do Fundão cria uma barreira visual, isolando-se. O facto de o jardim estar mais elevado e "recolhido" cria uma atmosfera de maior privacidade e calma. As barreiras aqui servem para trazer um carácter mais fechado e introspetivo ao espaço, como mostram as fotografias de duas senhoras a passarem, sem visão do espaço circundante além do jardim, ou de um senhor que procura um lugar tranquilo para apanhar sol.



Figura 12 – Atmosfera e permanência no Jardim da Câmara Municipal, isolado pelas barreiras físicas. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 13 – Espaços calmos de convivência no Jardim da Câmara Municipal. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Um outro exemplo da forma como o desenho urbano contribui para criar espaços mais íntimos, mas ainda socialmente ativos pode ser observado na própria Avenida da Liberdade. Ao longo da avenida maior, paralela a uma rua menor que mantém o mesmo nome, uma fileira de árvores funciona como elemento divisório e uma sensação de intimidade e protegendo os frequentadores dos cafés situados nessa faixa. O espaço reservado à circulação de veículos na rua menor é relativamente reduzido, permitindo que as esplanadas se estendam imediatamente após a rua, junto às árvores, formando um ambiente fresco e sombreado — especialmente agradável durante o verão. Essa configuração ilustra diretamente o que Gehl (2011, p. 92) descreve como a criação de “*small spaces within large ones*”: as árvores subdividem a ampla avenida, introduzindo uma escala mais próxima ao corpo humano, que favorece encontros, permanência e conforto, enquanto o espaço maior da via mantém a fluidez e visibilidade típicas de uma rua central.



Figura 14 – A fileira de árvores como barreira divisória na Avenida da Liberdade, Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 15 – Espaços de convivência e zona de transição na Avenida da Liberdade, Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Em contrapartida, o lado oposto da mesma avenida, caracterizado por arruamentos mais largos e fachadas predominantemente inativas — sobretudo de bancos e serviços financeiros —, transmite a sensação de espaço “sobredimensionado” (Gehl, 2011, p. 91). Nessa configuração, a ausência de portas, janelas ativas ou mobiliário reduz as possibilidades de interação, reforçando a lógica de passagem em detrimento da permanência.



Figura 16 – Contraste de escala e vocação funcional (corredor de fluxo) na Avenida da Liberdade. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Esses exemplos demonstram que a ausência de barreiras não é um princípio absoluto, mas um campo de tensões e gradações. Pequenos desníveis, vegetação ou elementos de desenho urbano podem assumir o papel de fronteira simbólica, sem necessariamente comprometer a acessibilidade ou a vitalidade. Ao contrário, quando bem integrados, tais elementos diversificam o repertório de experiências urbanas, oferecendo alternativas entre movimento e pausa, exposição e resguardo, coletividade e intimidade. No Fundão, essa coexistência entre permeabilidade e limitação simbólica contribui para a riqueza da vida urbana, permitindo que a cidade seja simultaneamente espaço de passagem e de encontro, de funcionalidade e de afeto.

### 3.3.2 Distâncias Curtas entre as Pessoas (short distances)

Se um lado da Avenida da Liberdade (Zona 1) tende a canalizar o movimento em um fluxo acelerado das grandes fachadas, o Centro Histórico (Zona 2) opera pelo princípio oposto: a Rua Cinco de Outubro atua como o ponto de inflexão onde a escala humana é restabelecida. Esta rua é definida por unidades estreitas e muitas portas, o que, segundo Gehl (2011, p. 93), é o princípio que ativamente monta as atividades e não as dispersa. Essas pequenas unidades ativas configuram a fachada em um catalisador social ao permitir que as paragens se transformem em encontros. Essa transição evidencia o princípio da proximidade visual e corporal descrito por Gehl e prepara o ambiente para a experiência mais íntima proporcionada pela Rua da Cale.



Figura 17 – Encontro espontâneo e escala humana na Rua Cinco de Outubro. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Gehl (2011) aponta que a experiência social no espaço urbano é fortemente determinada pela escala das distâncias visuais e corporais. É dentro do chamado *campo da visão social* (p. 65) — aproximadamente até 100 metros — que os indivíduos passam a ser percebidos como pessoas, e não apenas figuras abstratas. À medida que a distância se reduz, torna-se possível reconhecer gestos, expressões e estados de ânimo, intensificando o potencial de contato social.

Essa lógica ganha intensidade na Rua da Cale, no centro histórico do Fundão, oferece outro exemplo concreto dessa lógica. A rua estreita, associada à presença de cafés com esplanadas e comércio local, cria uma proximidade quase inevitável entre pedestres, clientes e comerciantes. O desenho espacial faz com que o convívio se dê em distâncias curtas, adequadas para trocas verbais e não verbais, como cumprimentos, gestos e olhares.



Figura 18 – Rua estreita da Cale e o incentivo à interação social, no centro histórico do Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

A mesma lógica é reforçada na Travessa da Cale. A largura mínima da via obriga os pedestres a circularem muito próximos uns dos outros. Além de reforçar a percepção horizontal, a travessa opera como um espaço de transição entre diferentes centralidades — ligando a Rua da Cale à Rua dos Três Lagares — o que amplia sua relevância funcional.



Figura 19 – Travessa da Cale e a intensificação da proximidade entre pedestres. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

### 3.3.3 Velocidades de Movimento Baixas (low speeds)

A capacidade de perceber e processar estímulos sociais no espaço urbano está diretamente ligada ao tempo disponível para a interação, tal como observado por Gehl (2011). Os sentidos humanos estão adaptados ao deslocamento em baixa velocidade — o caminhar a cerca de 5 km/h — e, à medida que o ritmo se acelera, a riqueza das impressões sociais se perde. Ao contrário do que ocorre na “cidade do automóvel”, onde os sinais precisam ser ampliados e simplificados para serem visíveis, é na “cidade do pedestre” que se torna possível captar expressões, gestos e detalhes da vida cotidiana. Para o autor, é precisamente a lentidão que cria oportunidades para o contato, para o reconhecimento mútuo e para a permanência nos espaços públicos, transformando-os em lugares de sociabilidade significativa (p. 71).

É por essa razão que o controle do fluxo veicular se revela crucial para a qualidade urbana, uma vez que o tráfego automóvel atua como um fator de dispersão da vida social. Como mostra Gehl (2011), variações na intensidade do tráfego podem ter efeitos desproporcionais: em ruas de baixo fluxo (cerca de 2.000 veículos por dia), são registradas atividades como permanência em degraus e portais, além de uma ampla rede de contatos de vizinhança. Já em ruas de tráfego intenso (16.000 veículos por dia), essas atividades praticamente desaparecem (p. 35).

Novamente, a Rua da Cale exemplifica bem esse princípio. Sendo uma via pedonal, livre do tráfego automóvel, a circulação acontece em ritmos contidos, o que permite que os transeuntes tenham tempo para observar e interagir uns com os outros. Não surpreende, portanto, que moradores e comerciantes se cumprimentem frequentemente, reforçando laços de vizinhança. Este andar despressurizado contribui para prolongar a permanência ao favorecer um ambiente convival que se fortalece também pelas esplanadas e pelo movimento comunitário que revitalizou a rua nos últimos anos.



Figura 20 – Atividades cotidianas na Rua da Cale e o impacto da ausência de tráfego. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

A lentidão própria da cidade pedonal também favorece a preservação de ritos tradicionais de permanência: na Av. Dr. Alfredo Mendes Gil, situada próxima ao Centro Cívico (Zona 3), observa-se, por exemplo, o gesto de parar para ler o jornal afixado na fachada de um comércio. Trata-se de uma prática que exige uma pausa prolongada e que revela a inscrição de costumes no espaço arquitetônico. O contraste se torna visível quando esse rito de paragem e permanência é contraposto ao ritmo acelerado de outros transeuntes que circulam pela mesma via. Essa cena evidencia que a baixa velocidade se apresenta como fundamento que possibilita a convivência de diferentes ritmos e temporalidades urbanas (Santos, 2004).



Figura 21 – Rito de permanência e temporalidade tradicional na fachada da Lotarias Victória. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 22– Coexistência de fluxos e fixos e a multiplicidade de temporalidades no espaço urbano. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Esse princípio também se evidencia na relação entre o tráfego automóvel e a vida social urbana. Como mostra Gehl (2011), em ruas de baixo fluxo (cerca de 2.000 veículos por dia) são registradas brincadeiras de crianças, permanência em degraus e portais, além de uma ampla rede de contatos de vizinhança. Já em ruas de tráfego intenso (16.000 veículos por dia), essas atividades praticamente desaparecem, enquanto em ruas de tráfego intermédio (8.000 veículos por dia) já se nota uma redução significativa. Isso demonstra que até mesmo variações moderadas na intensidade do tráfego podem ter efeitos desproporcionais na sociabilidade e no uso dos espaços (p. 35).

Outros espaços do Fundão também ilustram como as velocidades baixas criam condições de vitalidade urbana. No Largo da Rua Dr. Teodoro Mesquita, a amplitude do espaço pedonal e a presença de mais estabelecimentos com esplanadas promovem um convívio demorado, ampliado por elementos de mobiliário urbano como bancos e outros simbólicos como o Monumento António Palouro e pelo mercado local da Praça Velha.



Figura 23 – Amplitude do espaço pedonal e mobiliário urbano no Largo da Rua Dr. Teodoro Mesquita. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Já no Largo da Igreja Matriz do Fundão, na Rua Dr. João Pinto, observa-se a apropriação espontânea do espaço por crianças em brincadeiras, revelando o potencial do ambiente para sociabilidade intergeracional. Observa-se a apropriação espontânea do espaço por crianças em brincadeiras e a permanência de fiéis para conversas após a missa. Embora existam alguns automóveis estacionados, em número reduzido e provavelmente destinados a moradores, essa presença não elimina a função social do largo. A baixa intensidade de circulação automóvel é o substrato que permite ao espaço encher-se de vida e ser apropriado de forma multifuncional.



Figura 24 – Largo da Igreja Matriz do Fundão: Apropriação multifuncional como espaço de encontro social. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Por fim, como lembra Gehl, a existência de uma estrutura física e social com espaços comunitários em diferentes escalas fortalece o sentimento de pertencimento e a confiança em deixar as crianças ocupar o exterior, ampliando o uso das áreas públicas como extensão do ambiente residencial (Gehl, 2011, p. 59). Nesse sentido, o Largo da Matriz não é apenas um espaço de passagem ou de culto religioso, mas também um território de sociabilidade, onde a infância encontra condições ideais para se manifestar.

### 3.3.4 Orientação para a Vida Social (orientation toward others)

A vitalidade observada no Largo da Igreja Matriz conecta-se ao que Gehl (2011) descreve como a orientação para a vida social: a tendência das pessoas de se dirigirem para onde algo acontece.

A vida entre edifícios é potencialmente um processo autorreforçado. Quando alguém começa a fazer algo, há uma clara tendência para que outros se juntem, seja para participar ou apenas para observar. Dessa forma, indivíduos e eventos influenciam e estimulam uns aos outros (p. 73).



Figura 25 – Reunião de crianças no Largo da Igreja Matriz do Fundão. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Esse processo explica tanto a presença de crianças nas ruas centrais quanto a dinâmica dos espaços públicos em geral: lugares movimentados atraem ainda mais movimento, enquanto espaços vazios tendem a permanecer desinteressantes. O próprio Gehl (2011) observa que, em contextos de dispersão excessiva, a vida urbana se empobrece. (p. 75)



Figura 26 – Parque Verde do Fundão: Subutilização apesar de equipamentos de lazer. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

O Parque Verde do Fundão, por exemplo, apesar de reunir equipamentos como *playground* e *skatepark* junto a uma área residencial, frequentemente permanece vazio. A sua localização, afastada do centro, dificulta a formação de um fluxo contínuo de pessoas, o que, no contexto da dialética de fixos e fluxos (Santos, 2004), faz com que esta infraestrutura (o fixo) não seja ativada pelos movimentos cotidianos da cidade. A sua subutilização demonstra que a localização e a integração à malha urbana são fatores determinantes para a criação de vitalidade social.

Em contraste, o mercado semanal transforma-se no grande evento coletivo da cidade: ele cria suas próprias ruas temporárias, como uma “*minicidade*” efêmera, onde as pessoas não vão apenas para comprar, mas também por curiosidade e pelo desejo de ver e ser vistas. A aglomeração e a diversidade de usos tornam o mercado um espaço de sociabilidade intensa, confirmando novamente a ideia de que a presença de movimento é em si mesma um atrator.





Figura 27 – Dinâmica do mercado semanal do Fundão: Intensidade e aglomeração de pessoas. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 28 – As ruas vivas do mercado semanal: Transformação em “minicidade efêmera”. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

A vitalidade observada no Mercado Semanal, que transforma o espaço num atrator de movimento (Gehl, 2011, p. 73), é, no entanto, temporalmente intermitente. As imagens que capturam o momento de recolhimento das tendas revelam o regresso do espaço à sua configuração de passagem, enfatizando a natureza fugaz de certos fluxos sociais. Essa intermitência não diminui, entretanto, a significação do espaço, que se constitui como um ponto de coexistência de usos distintos no presente, ilustrando a ideia de “contemporaneidade radical” proposta por Massey (2008), na qual centralidades e sociabilidades são produzidas por relações situadas e não por estruturas fixas. Sem o mercado, o Largo da Praça Amália e o Centro Cívico perdem grande parte da sua orientação para a vida social, confirmando o princípio de que, em espaços sem fluxo contínuo de atrativos, “nada acontece porque nada acontece” (Gehl, 2011, p. 75). Desta forma, o pós-evento atua como uma zona de desterritorialização, contrastando a intensa sociabilidade da feira com a geometria formal e a baixa densidade social do espaço em seu estado cotidiano. Esta dinâmica evidencia que a produção de centralidade é sempre contingente e relacional, emergindo da multiplicidade de usos e não de estruturas físicas fixas.



Figura 29 – Temporalidade intermitente na Praça Amália após o Mercado Semanal. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

### 3.3.5 Análise de Áreas Residenciais: Parques e Coabitação

Conforme Gehl (2011, p. 79), a vitalidade das áreas residenciais é um indicador crucial da qualidade urbana, pois é nesses espaços que se formam comunidades e se consolida a coabitação. A Zona 5, situada na fronteira com o centro histórico, apresenta características de transição entre o núcleo antigo, uma pequena área residencial e uma área rural. Na Av. Adolfo Portela, ao lado do Parque das Tílias (Figura 30), encontram-se casas de dois a três andares. Essa tipologia isolada com jardins representa um padrão de ocupação distinto, contrastando acentuadamente com as casas do centro histórico e os edifícios geminados das zonas mais recentes.

Sua configuração é vista como um cenário favorável à convivência justamente porque a existência de jardins frontais funciona como uma fronteira flexível entre o domínio privado e o público (Gehl, 2011, p. 113). Essas zonas de transição semiprivadas atuam como elos de conexão, facilitando, física e psicologicamente, que residentes e atividades se movam entre o dentro e o fora. Este desenho de transição atua como um convite sutil à sociabilidade, pois a visibilidade permite que as crianças e os adultos vejam o que está a acontecer na rua, motivando-os a participar ou a iniciar o contacto informal (Gehl, 2011, p. 114).



Figura 30 – Parque das Tílias. (Fonte: Foto da autora, 2025.)



Figura 31 – Vista Satélite do Parque das Tílias (centralizado): Transição da malha urbana para a paisagem rural. (Fonte: Google Earth.)

Próximo a essa área localiza-se a Capela de São Francisco, que, devido à densidade das construções vizinhas, casas geminadas e prédios de dois a três andares, e ao estacionamento de veículos ao seu redor, encontra-se “sufocada”, sem conexões significativas com outros espaços públicos.



Figura 32 – Capela de São Francisco: O impacto das barreiras físicas no meio urbano. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Seguindo para áreas mais periféricas, a Zona 6 – próxima ao Tribunal Judicial do Fundão apresenta uma organização mais formal. Os edifícios são maiores e distribuídos em blocos individuais e, embora menos intimista que a Zona 5, ainda mantém certa permeabilidade visual e funcional em relação às atividades comerciais dispostas no piso térreo dos edifícios.



Figura 33 – Zona Residencial 6: Permeabilidade visual e funcional entre edifícios e comércio. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Embora as tipologias residenciais da Zona 5 e 6 apresentem cenários urbanos distintos, os desafios de escala e dispersão social atingem o seu ponto mais crítico na Zona 4, uma área significativamente mais afastada do centro. A configuração socio-espacial desta zona, que se localiza próximo ao Parque Verde e é caracterizada por uma sequência de prédios de 4 a 5 andares distribuídos em blocos, evidencia um modelo funcional, mas inibidor da vida urbana. Esta disposição é historicamente conectada ao erro de cálculo do Urbanismo Funcionalista (Gehl, 2011). As ideias funcionalistas, populares a partir dos anos 1930, focaram na saúde e higiene, priorizando blocos multifamiliares para garantir luz e ar. Contudo, essa estética arquitetônica desconsiderou as consequências para o ambiente social, falhando em reconhecer a grande influência dos edifícios nas atividades ao ar livre. Previa-se, erroneamente, que as vastas áreas livres e de baixa densidade social entre os blocos — hoje ocupadas maioritariamente por veículos na Zona 4 — seriam o local óbvio para uma vida social rica. Esta visão só foi desafiada quando as consequências do planejamento puramente físico-funcional puderam ser avaliadas décadas depois, resultando na limitada integração entre edifícios e espaço público e pouca atividade ou interação observada atualmente (p. 45).



Figura 34 – Zona Residencial 4: Escala maior, menor densidade social e modelo de circulação. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

### **3.4 A Inscrição dos Afetos no Espaço Urbano**

#### **3.4.1 Coabitação e conflito: agenciamento dominante e linhas de fuga**

A observação empírica das ruas centrais do Fundão revelou a predominância da população idosa e falante do português de Portugal. Essa concentração evidencia uma reterritorialização histórica e afetiva no agenciamento espacial dominante, ancorada nos “fixos” arquitetônicos mais antigos e centrais. O padrão demográfico sugere que o ritmo de vida e as formas de sociabilidade locais permanecem fortemente regulados por modos de vida tradicionais. Essa centralidade homogênea pode ser lida, portanto, não apenas como reflexo do envelhecimento demográfico, mas também como um sinal de resistência à inserção de novos fluxos no espaço urbano.

Em contrapartida, a baixa visibilidade de imigrantes não significa ausência, mas expressão de um agenciamento minoritário que busca outras formas de inscrição no território, fora da visibilidade do *status quo*. Embora presentes no centro, esses grupos não ocupam os cafés e espaços de sociabilidade locais e seus encontros pontuais podem ser interpretados como linhas de fuga (Rolnik, 2006): movimentos de desterritorialização que desestabilizam o código dominante. A cartografia afetiva, portanto, deve concentrar-se nesses desvios para capturar os desejos que impulsionam “outros modos de vida possíveis nesse urbano de outra centralidade” (Detoni & Rocha, 2024, p. 195).

A baixa incidência de imigrantes no centro, nesse sentido, não é apenas uma constatação demográfica, mas uma inscrição afetiva que exige leitura diferenciada. Essa dinâmica pode ser compreendida pela diversidade de agenciamentos de fluxo no Fundão:

#### **3.4.2 Agenciamentos de Resistência no Centro**

A complexidade da inscrição dos fluxos minoritários no espaço central — dominado pela inércia de um agenciamento histórico — é abordada, por um lado, pelas manifestações de agência comunitária que buscam ativamente a reconfiguração do espaço e, por outro, pela orientação institucional.



Figura 35 – Poster do projeto cultural "Ruínas": Agenciamento de resistência e linha de fuga. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

O poster do projeto cultural "Ruínas", cujo manifesto visa “reclamar o lugar da cidade como ‘Lugar de Todos’”, demonstra um agenciamento de resistência que utiliza a cultura, a memória e as práticas transgeracionais. Contudo, ao mobilizar a memória histórica (referenciada numa crónica de 1937 que critica os gostos "exóticos" dos moradores da Rua da Cale) e focar primariamente na integração intergeracional da população estabelecida, este agenciamento manifesta o paradoxo de reforçar os fixos simbólicos portugueses do centro. No entanto, este esforço transgeracional ainda é positivo por criar uma linha de fuga (Rolnik, 1989) ao forçar uma discussão sobre a apropriação do espaço.



Figura 36 – Coexistência entre o fluxo comercial (Hua Xia) e fixos institucionais (Câmara Municipal e Banco). (Fonte: Foto da autora, 2025.)

A loja "Hua Xia" (Figura 36) coexiste com os fixos institucionais (Câmara Municipal e Banco). A coexistência dos fixos institucionais com este fluxo comercial minoritário visualiza a tensão entre os agenciamentos, conforme a análise de Rolnik (1989, p. 21) sobre o desejo e o código.

A análise da coexistência é enriquecida pela observação de outros três estabelecimentos de origem estrangeira recentemente instalados no perímetro central: uma cafetaria/pastelaria brasileira (o equivalente funcional de uma lanchonete no Brasil), um mini-mercado indiano e uma segunda loja de origem chinesa. A localização estratégica destes novos fluxos revela uma hierarquia de reterritorialização econômica no Fundão, diretamente ligada ao tempo de inserção e ao capital mobilizado por cada grupo.

As lojas de comércio chinês se destacam por ocupar os eixos mais centrais da cidade (como a Avenida da Liberdade e a proximidade aos edifícios institucionais já observada na Figura 36). Esta capacidade de penetração no espaço hegemônico central reflete um processo de "*etnização* comercial" de longa data, alavancado pela entrada da China na OMC e a posterior abolição de quotas de importação, o que permitiu a consolidação de seu capital e presença em locais de maior visibilidade e fluxo (Guimarães & Fernandes, 2009).

Não obstante essa dominância nos eixos principais, a própria existência de fixos no quadrante central, por parte de empreendimentos de inserção mais recente e de menor capital estrutural – nomeadamente a cafetaria/pastelaria brasileira (a primeira do tipo na cidade) e o mini-mercado indiano – constitui um sinal crucial de evolução no agenciamento minoritário. Embora estes estabelecimentos estejam localizados em ruas secundárias e de menor afluência, o ato de estabelecimento em si representa um avanço significativo na apropriação, mesmo que periférica, do espaço central. Este posicionamento mais discreto é reforçado pelo facto de as comunidades brasileira e indiana constituírem a percentagem maior de trabalhadores migrantes permanentes no Fundão (84,9% e 3,41% respetivamente, segundo dados fornecidos por empregadores locais no MIXin 2, Município do Fundão, 2022). No caso do comércio indiano e, por extensão, do brasileiro, esta localização periférica está em consonância com as estratégias observadas em grandes centros urbanos, onde a prioridade é a proximidade comunitária, funcionando como eixo de abastecimento cultural de produtos específicos (Ávila & Alves, 1993, p. 122).

Estes diferentes posicionamentos espaciais evidenciam que a capacidade de inscrição no agenciamento dominante não é apenas uma questão de afinidade linguística ou cultural, mas sobretudo de capital econômico, tempo de estabelecimento e das dinâmicas de apoio comunitário que cada grupo consegue mobilizar.

### 3.4.3 Permeabilidade e Inserção Econômica (Brasileiros):

A maior integração dos brasileiros no centro do Fundão deve ser lida à luz do quadro nacional de segregação socioprofissional e racial que afeta outros grupos lusófonos. Embora a afinidade linguística e cultural e a relação histórica bilateral (Marcelino, 2019) sejam fatores de permeabilidade, o acesso mais evidente dos brasileiros ao agenciamento central é influenciado, sobretudo, pelo tipo de inserção laboral e por fatores de reconhecimento social e econômico. Os brasileiros, que constituem a maior comunidade imigrante em Portugal (20,3% do total, segundo o Relatório Oliveira & Gomes, 2018), gozam de uma autonomia econômica que permite a ocupação de fixos no centro, exigindo menor dependência das estruturas institucionais de acolhimento. Este cenário contrasta com a situação da maioria dos trabalhadores dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), especialmente aqueles racializados como negros, para os quais o mercado de trabalho nacional se caracteriza pela segregação nos setores com piores condições, mais baixas remunerações e menores possibilidades de promoção (Lima Santos & Faria, 2007). A sua maior mobilidade e menor experiência de racialização imediata no espaço público central facilita a sua presença. Essa reterritorialização pode ser lida como assimilação ao agenciamento dominante.

### 3.4.4 CMMF e as Novas Estratégias da BNAUT

O Centro para as Migrações do Município do Fundão (CMMF), criado em 2016, representa uma das principais estruturas institucionais de acolhimento e mediação dos fluxos migratórios no município. Seu objetivo inicial foi garantir condições dignas de habitação para trabalhadores sazonais e estudantes internacionais oriundos, sobretudo, da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e de outros países africanos de língua oficial portuguesa (Município do Fundão, 2020, p. 13). Em 2018, o centro foi ampliado com a criação do projeto CASA F, destinado a acolher pessoas refugiadas e requerentes de asilo, em articulação com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

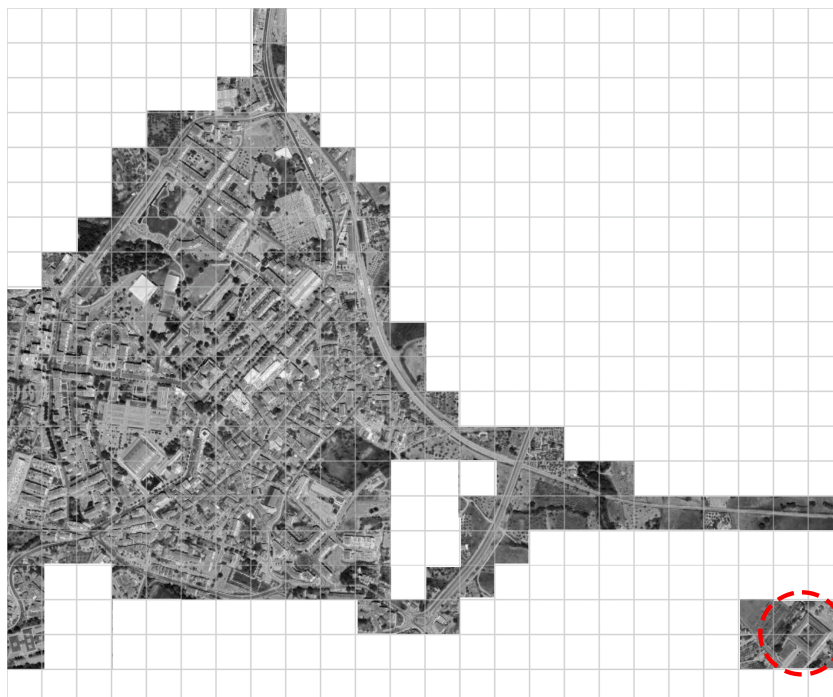


Figura 37 – Colagem evidenciando a distância entre o centro da cidade e a localização do Antigo Seminário do Fundão. (Fonte: Elaborado pela autora, 2025.)

A sede do CMMF está instalada no Antigo Seminário do Fundão, situado a cerca de 2 km do centro urbano (Figura 37). A escolha por este edifício deveu-se à sua capacidade estrutural, sendo, à época, o único imóvel municipal com escala suficiente para abrigar de forma adequada o número de pessoas envolvidas nos programas de acolhimento. A localização, portanto, foi definida por critérios objetivos e operacionais, e não por uma intenção de afastamento social ou espacial.

Ainda que a distância do centro imponha certos desafios à inserção cotidiana no espaço urbano mais dinâmico, essa realidade está em processo de transformação. Atualmente, o município desenvolve novas estratégias de habitação integradora no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), visando a distribuição mais equitativa e diversificada dos espaços de acolhimento.

De acordo com informações obtidas em entrevista com a arquiteta Ana Cunha, chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Qualidade de Vida do Município do Fundão, estão em fase de execução 122 alojamentos, dos quais cerca da metade será alocada a pessoas imigrantes ou em situação de vulnerabilidade habitacional. A prioridade será dada a grupos já integrados linguisticamente e no mercado de trabalho, com o objetivo de reforçar a autonomia e a convivência urbana mista.

Parte significativa desses novos alojamentos será instalada em áreas centrais já revitalizadas ou em processo de reabilitação, promovendo proximidade a equipamentos públicos, comércio e serviços municipais. O projeto busca equilibrar faixas etárias, origens e situações socioeconômicas, evitando a homogeneização social de certas zonas habitacionais e favorecendo um modelo de coabitação urbana mais integrado.

Um dos eixos estratégicos da iniciativa é a requalificação da Rua da Quintã, localizada na zona histórica do Fundão, onde se concentram algumas das intervenções previstas. A área, que anteriormente apresentava sinais de degradação física, será revitalizada com projetos arquitetônicos contemporâneos, capazes de reconfigurar a imagem urbana e atrair novos residentes. A planta da intervenção (Figura 38) ilustra as zonas-alvo da reabilitação urbana e do novo alojamento social, reforçando o papel do centro como espaço possível de diversidade e inclusão.



Figura 38 – Planta das Intervenções Habitacionais no âmbito da BNAUT. (Fonte: Material cedido por Ana Cunha, arquiteta e Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Qualidade de Vida do Município do Fundão, 2025)

O município também firmou um protocolo de cooperação com a Universidade da Beira Interior (UBI) e com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), visando o desenvolvimento técnico e metodológico das candidaturas à BNAUT no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). O projeto arquitetónico está a cargo da coordenadora Maria Neto, que destaca a importância de conjugar qualidade arquitetónica, viabilidade técnica e conhecimento das necessidades específicas dos futuros utilizadores da bolsa de alojamento (RCB, 2023).

Com essas ações, o Fundão avança na consolidação de um modelo de acolhimento mais distribuído e adaptado à realidade urbana local, reduzindo a centralização das políticas habitacionais e promovendo novas formas de reterritorialização mais próximas do tecido urbano consolidado.

### **3.5 Síntese da Análise**

A análise integrada revela um quadro de complexa transformação do espaço urbano do Fundão, marcada por tensões entre o desenho do espaço, sua produção social e a inscrição dos afetos. A síntese aqui apresentada consolida os achados da pesquisa de campo à luz do referencial teórico, respondendo à questão de como a migração reconfigura a centralidade urbana por meio de mecanismos de apropriação, mediação institucional e agenciamento simbólico.

A avaliação inicial do centro histórico pela ótica de Jan Gehl confirma que o espaço possui qualidades físicas de walkability — como baixa velocidade e prioridade ao pedestre — que, teoricamente, fomentam o encontro e a permanência. Contudo, a aplicação da teoria crítica de Milton Santos e Henri Lefebvre revela um paradoxo estrutural: embora o desenho convide à sociabilidade, o agenciamento dominante impõe o seu código. O espaço, como produto social, é regido pelos fixos da população idosa e tradicional, estabelecendo uma centralidade que ainda resiste à plena incorporação de novos fluxos migratórios.

A partir da lente de Suely Rolnik e Doreen Massey, compreende-se que o acesso à centralidade urbana é mediado por dinâmicas relacionais, influenciadas por fatores econômicos, sociais e simbólicos. A reterritorialização dos fluxos migrantes, embora já em curso, manifesta-se de forma ainda incipiente e não homogênea, refletindo os diferentes tempos de inserção, condições materiais e estratégias culturais mobilizadas por cada grupo. Nesse contexto, observam-se formas emergentes de apropriação e agenciamento simbólico do espaço urbano, que tensionam os códigos estabelecidos e apontam para possíveis reconfigurações do centro. Contudo, essas transformações ainda não consolidaram uma centralidade plenamente múltipla, revelando os limites temporais da presente análise, que se debruça sobre um processo recente, em constante evolução.

Neste cenário, o papel da mediação institucional revela-se central. O Centro para as Migrações do Município do Fundão (CMMF), embora localizado a 2 km do centro urbano, representa uma solução de acolhimento viabilizada pela disponibilidade física de um edifício com escala compatível. A sua função de acolhimento temporário é fundamental para garantir condições dignas aos migrantes e refugiados, atuando como uma estrutura de transição. Complementarmente, os investimentos mais recentes no âmbito do programa BNAUT — com a criação de mais de 100 fogos para alojamento

urgente e temporário, muitos deles no centro da cidade — indicam uma mudança significativa na orientação da política habitacional, visando promover uma maior integração urbana e espacial dos fluxos migratórios.

Essas iniciativas mostram que a cidade deve ser compreendida como um território em transformação, onde coexistem esforços concretos de acolhimento com dinâmicas ainda em amadurecimento. A limitação do presente estudo reside justamente no fato de analisar um processo recente, cujos efeitos ainda não se consolidaram plenamente no espaço urbano visível.

O espaço urbano do Fundão, portanto, é o produto da tensão entre (1) o desejo dos fluxos por novos territórios (Rolnik), (2) o código do agenciamento dominante, que resiste à desterritorialização afetiva, e (3) a orientação das políticas institucionais, que promovem a reterritorialização com vistas à integração gradual e ordenada. A hipótese de uma “cidade de todos” permanece em aberto, não como ideal abstrato, mas como horizonte possível — cuja realização dependerá da concretização e dos efeitos dos projetos atualmente em curso, bem como da forma como estes conseguirão promover articulações entre política urbana, mediação institucional e agenciamentos afetivos.

## Conclusão

Esta investigação demonstrou que o acolhimento de imigrantes no Fundão, longe de ser apenas um processo assistencial ou humanitário, possui efeitos concretos sobre a malha urbana, revelando-se como um vetor de transformação espacial e simbólica. A chegada e a presença de novos habitantes fomentam a necessidade de reconformação da cidade — tanto pela criação de soluções habitacionais que respondam ao crescimento demográfico, quanto pela aceleração dos processos de integração territorial por meio do desenho urbano. O Fundão mostra, assim, que os fluxos migratórios não apenas circulam entre os fixos: eles os atravessam, se instalam, e, ao fazê-lo, modificam sua significação, operação e valor.

Além disso, os fluxos migratórios introduzem novos modos de uso e apropriação do espaço público. Esses modos, por vezes, geram tensões iniciais entre os códigos locais e as práticas emergentes, produzindo zonas de fricção que tanto podem resultar em segregação quanto abrir caminhos para formas mais complexas e partilhadas de convivência. Em todos os casos, trata-se de processos ainda em andamento, cujos efeitos completos não são plenamente visíveis neste momento.

A análise empírica revelou sinais dessas tensões, mas também evidenciou os limites metodológicos do estudo: não foi possível identificar com clareza padrões consolidados de apropriação do espaço pelos imigrantes. Os dados sobre a baixa presença desses grupos no centro histórico resultam de uma triangulação entre fontes institucionais (como o relatório MIXin), a localização dos alojamentos existentes, e o levantamento fotográfico de uso dos espaços centrais, onde predomina visivelmente a população idosa e portuguesa. Ainda assim, a leitura dessas ausências — ou presenças discretas — permitiu elaborar hipóteses sobre os modos de inserção e sobre as dinâmicas afetivas e espaciais que moldam o território.

Do ponto de vista urbanístico-arquitetônico, este trabalho combinou a análise da qualidade espacial em pequena escala com uma abordagem crítica sobre o papel da cidade na promoção da coabitação. Observou-se como a materialidade do espaço pode tanto inibir quanto favorecer a sociabilidade, e como a escala reduzida e os tecidos tradicionais não devem ser tomados como obstáculos à diversidade, mas como campos potenciais de transformação. Neste sentido, o Fundão emerge como um exemplo real de como um espaço historicamente homogêneo pode tornar-se, gradualmente, um território do devir — múltiplo, em disputa, em construção contínua.



Figura 39– Projeção com a palavra “Devir” na Rua João Franco. (Fonte: Foto da autora, 2025.)

Para futuros/as arquitetos/as, este estudo oferece uma contribuição importante ao destacar que o desenho urbano não é neutro, mas profundamente implicado nas dinâmicas sociais. Ele mostra que, ao projetar habitação, espaço público ou reabilitação urbana, é preciso considerar os ritmos da vida social, as subjetividades que ocupam o território e os modos de convivência que o espaço pode viabilizar ou dificultar. A arquitetura é, portanto, também uma prática de escuta, de mediação e de reconhecimento da alteridade.

Como linhas futuras de investigação, destaca-se o potencial de comparação com outras cidades médias em Portugal que adotam estratégias de acolhimento similares, permitindo compreender diferentes modelos de integração e suas implicações espaciais. Do mesmo modo, será essencial revisitar o caso do Fundão após a implementação das iniciativas habitacionais previstas no âmbito do PRR e do BNAUT, observando como esses projetos, uma vez materializados, afetam o desenho urbano e os modos de habitar. Este acompanhamento longitudinal poderá revelar com mais clareza se as estratégias institucionais resultaram em maior coabitação, transformação dos centros históricos ou na consolidação de novas centralidades afetivas e funcionais.



## Referências

- Ávila, P. & Alves, M. (1993). Da Índia a Portugal: Trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (13), 115-133. <http://hdl.handle.net/10071/918>
- Barchfield, J. (2023, 2 de novembro). Advogada afegã de direitos humanos ajuda cidade portuguesa a acolher refugiados. ACNUR. Recuperado de <https://plataformaassaad.com.br/questao-05-caderno-azul-do-enem-2020-ppl-dia-1-espanhol/>
- Caló, S. (Coord.). (2013). Dossier “Devir Menor, Espaço, Território e Emancipação Social. Perspectivas a partir da Ibero-América”. *Revista Lugar Comum*, 41.
- Cerrone, D., López Baeza, J., Lehtovuori, P., Quercia, D., Schifanella, R., Aiello, L. Implementing Gehl’s Theory to Study Urban Space. *Sustainability*, 2021, 13, 5105.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. (2025, 29 de agosto). População da região Centro volta a aumentar e atinge os 2,3 milhões de habitantes. CCDRC. Recuperado de <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/portuguese-english/artigo>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Editora 34. <https://filopol.milharal.org/files/2015/05/Mil-Platos-3.pdf>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4). Editora 34. [https://monoskop.org/images/o/o8/Deleuze\\_Gilles\\_Guattari\\_Felix\\_Mil\\_platos\\_capitalismo\\_e\\_esquizofrenia\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/o/o8/Deleuze_Gilles_Guattari_Felix_Mil_platos_capitalismo_e_esquizofrenia_1.pdf)
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2014). *Kafka: Por uma literatura menor*. Autêntica Editora.
- Detoni, L. P., & Rocha, E. (2022). CARTOGRAFIA DO DESEJO NAS CIDADES PEQUENAS: Experiências ao sul do Rio Grande do Sul. *PIXO - Revista De Arquitetura, Cidade E Contemporaneidade*, 6(21). <https://doi.org/10.15210/PIXO.V6I21.22924>
- Detoni, L. P., & Rocha, E. (2022). Cidades pequenas: Território de um devir menor na contemporaneidade. *Oculum Ensaios*, 19, e225021. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5021>

ECO. (2023, 29 de outubro). Passaporte e questões com imigrantes passam a ser tratadas nos Registos e Notariados. Recuperado de <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/portuguese-english/artigo>

Endlich, Â. M. (2006). *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade Estadual Paulista. <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/105037>

Gabinete para a Inclusão e Diversidade Cultural da Câmara Municipal do Fundão. (2022). *Centro para as Migrações do Fundão* [Apresentação em PDF]. CESOP-Local, Universidade Católica Portuguesa. [https://cesop-local.ucp.pt/sites/default/files/2022-07/Apresentação\\_João%20Mota.pdf](https://cesop-local.ucp.pt/sites/default/files/2022-07/Apresentação_João%20Mota.pdf)

Gehl, J. (2011). *Life between buildings: Using public space* (J. Koch, Trad.). Island Press. [https://cus.ubt-uni.net/wp-content/uploads/2024/11/Jan-Gehl-Life-Between-Buildings\\_-\\_Using-Public-Space-2011-Island-Press.pdf](https://cus.ubt-uni.net/wp-content/uploads/2024/11/Jan-Gehl-Life-Between-Buildings_-_Using-Public-Space-2011-Island-Press.pdf)

Gehl, J. (2013). *Cidades Para Pessoas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. Tradução de: *Cities for People* 1936.

Gehl, J., & Svarre, B. (2018). *A vida na cidade: Como estudar*. São Paulo, Brasil: Perspectiva.

Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Editora Vozes. <https://filosofiaepatrimonio.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/fc3a9lixeguattari-e-suely-rolnik-micropolc3adtica-cartografias-do-desejo.pdf>

Guimarães, S. R., & Fernandes, J. A. R. (2009). *O comércio de origem chinesa e o espaço comercial da Varziela (Vila do Conde)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/22940>

Instituto Nacional de Estatística. (2023). *O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal*. INE.

Jornal Económico. (2024, 1 de julho). A crise da AIMA: O desafio urgente da imigração em Portugal. Recuperado de <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/a-crise-da-aima-o-desafio-urgente-da-imigracao-em-portugal/>

Lefebvre, H. (2006). *A produção do espaço* (D. B. Pereira & S. Martins, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 2000). <https://gpect.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/06/henri-lefebvre-a-producao-do-espaco-70.pdf>

Lima Santos, N., & Faria, L. (2007). Imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal: Auto-percepções e percepções de características sócio-profissionais. *FPCEUP - Artigo em Revista Científica Nacional*. Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/60796>

Massey, D. (2007). Imaginando a globalização: As geometrias do poder em tempos de globalização. *Revista Discente Expressões Geográficas*, 3, 142-155.

Massey, D. (2008). *Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade*. Bertrand Brasil.

Município do Fundão. (2020–2022). *MIXin 2: Plano Municipal para a Integração de Migrantes (Setembro 2020 – Dezembro 2022)*. Câmara Municipal do Fundão. <https://www.cm-fundao.pt/index.php/documentos/category/37-planos-municipais?download=366:plano-municipal-para-a-integracao-de-migrantes-do-fundao>

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo. (2024). *População estrangeira com estatuto legal de residente por nacionalidade (2018–2023)*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. [https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/migracoes/populacao-estrangeira/populacao-estrangeira-com-estatuto-legal-de-residente?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/migracoes/populacao-estrangeira/populacao-estrangeira-com-estatuto-legal-de-residente?utm_source=chatgpt.com)

Rádio Cova da Beira. (2023, novembro 7). UBI desenvolve projeto de habitação para o Fundão. <https://rcb-radiocovadabeira.pt/ubi-desenvolve-projeto-de-habitacao-para-o-fundao/>

Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. Estação Liberdade. [https://monoskop.org/images/e/e3/Rolnik\\_Suely\\_Cartografia\\_sentimental\\_transformacoes\\_contemporaneas\\_do\\_desejo\\_2006.pdf](https://monoskop.org/images/e/e3/Rolnik_Suely_Cartografia_sentimental_transformacoes_contemporaneas_do_desejo_2006.pdf)

Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempo de globalização. Reelaboração de artigo publicado no caderno “Mais!” da Folha de São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Toxicoidentid.pdf>

Santana, T. C., & Ragazzi, G. C. (2019). *Vitalidade urbana nos espaços públicos: um estudo na cidade do Porto, Portugal. Paisagem e Ambiente: Ensaios*, 30(43), e159243. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.159243>

Santos, M. (1988). *Espaço & método*. Nobel.

Santos, M. (2004). *Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica* (6a ed.). Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (4a ed., 2a reimp.). Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, M. (2011). O espaço da cidadania e outras reflexões. In E. da Silva, G. R. Neves, & L. B. Martins (Orgs.), *Coleção O Pensamento Político Brasileiro* (Vol. 3). Fundação Ulysses Guimarães.